

HISTÓRIAS DE UM BRASIL QUE FUNCIONA

Governos locais ajudando a construir um país mais justo

País continental, com enorme diversidade climática, social e cultural, o Brasil pode ser visto de várias formas, observado sob diferentes perspectivas. Uma das análises mais comuns é a que parte do subdesenvolvimento econômico, da injustiça social e da ineficiência das instituições. Desse ponto de vista, o Brasil é um país onde os governos “não funcionam”, ou seja, onde os órgãos governamentais e as pessoas que os dirigem desperdiçam recursos e não conseguem combater a miséria, o atraso e todos os problemas daí decorrentes.

Outro modo de estudar o Brasil é considerá-lo um gigante adormecido, o berço esplêndido de possibilidades ainda não realizadas. O Brasil seria, assim, o “país do futuro”, à espera de uma oportunidade para transformar suas riquezas naturais em qualidade de vida e bem-estar material.

Este livro propõe outro olhar sobre o Brasil. Aqui não se pretende apresentar nem a visão pessimista, segundo a qual o país está condenado ao fracasso, nem o ufanismo resignado, segundo o qual a transformação desejada é apenas uma questão de tempo e paciência.

Ao mesmo tempo em que permite uma viagem pelo país, percorrendo desde as aldeias indígenas da região amazônica aos grandes centros urbanos, o livro mostra um Brasil que funciona, isto é, que encontra soluções criativas para seus problemas. Tais soluções, resultado do esforço de governos municipais, estaduais e de organizações próprias dos povos indígenas, hoje fazem parte do banco de dados do Programa Gestão Pública e Cidadania.

Desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa realiza anualmente um ciclo de premiação voltado aos governos subnacionais. Como diz o próprio nome do Programa, a premiação e o banco de dados (com as

3.391 inscrições recebidas desde 1996) procuram destacar práticas de gestão pública que sejam inovadoras e valorizem a cidadania.

A cada ano, o Programa envia um *folder* de apresentação e uma ficha de inscrição para mais de vinte mil endereços, possibilitando que os governos subnacionais inscrevam suas experiências.

Em 2000, quinto ano do Programa, foram recebidas 946 inscrições. As áreas temáticas com maior número de inscrições neste ano foram a de Serviços Públicos (47%) e a de Cidadania e Direitos Humanos (27%). Em relação às regiões geográficas, a maioria das experiências tem origem na Região Sudeste (46%), seguida pela Região Sul (34%) e pela Nordeste (12%). A exemplo dos anos anteriores, quase a totalidade das iniciativas (91%) tem origem municipal.

Após o recebimento das inscrições, o Comitê Técnico do Programa Gestão Pública e Cidadania – formado por pesquisadores de universidades e centros de pesquisa, além de profissionais ligados a organizações da sociedade civil – reúne-se e avalia as experiências. Segundo os critérios utilizados nessa avaliação, consideram-se inovadores os programas, projetos ou atividades que:

- 1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;
- 2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade;
- 3) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações;
- 4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- 5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando a auto-sustentabilidade.

Com base nesses critérios, o Programa Gestão Pública e Cidadania realizou uma seleção, dividida em três fases. Na primeira, foram escolhidas 100 iniciativas

semifinalistas. Numa segunda etapa, selecionaram-se 30 programas pré-finalistas, visitados por técnicos de diversas universidades e instituições de pesquisa. A partir dos relatórios elaborados por esses técnicos, foram escolhidos os 20 programas e projetos finalistas, aqui apresentados.

Essas experiências indicam a existência de um país diferente do Brasil da injustiça, da corrupção e do desperdício de dinheiro público. Esse outro Brasil está encontrando soluções para os problemas locais, por meio da criatividade dos governos subnacionais e da sociedade civil.

São iniciativas que procuram garantir a inclusão social de segmentos marginalizados, como os povos indígenas, os portadores de deficiência, os favelados, dentre outros. No caso dos índios, constitui um fato animador descobrir, no ano em que o país comemora os 500 anos do Descobrimento, projetos que procuram respeitar a cultura da população indígena (Projeto Educação Ticuna e Projeto Escola Municipal Mbo´Eroy Guarani Kaiowá).

Existem também iniciativas para a inclusão social dos portadores de deficiência, como a experiência de Diadema-SP (Programa de Inclusão – múltiplas leituras no olhar da diferença) e a de Minas Gerais (Centro Pró-Vida “A chave do tamanho”). Quanto à população favelada, cada vez mais se constata que a melhoria de sua qualidade de vida depende de uma atuação integrada por parte dos órgãos governamentais. Esse é o objetivo do Programa Integrado de Inclusão Social, por meio do qual a prefeitura de Santo André (SP) articula diversas iniciativas da prefeitura, contando também com a parceria de organizações não-governamentais e de agências internacionais. O Programa Moradia Digna e Segura em Teresina, implementado pela prefeitura da capital do Piauí, parte do mesmo princípio, isto é, da integração entre órgãos governamentais num esforço em favor dos favelados.

A luta pela inclusão social e pela construção de um país mais justo envolve, ainda, políticas voltadas para as mulheres, para as crianças e adolescentes em situação

de risco e para os jovens infratores. O Programa de Atendimento à Mulher (Camaragibe-PE), o Programa de Medidas Socioeducativas (Amapá) e a Oficina-Escola Rosalino Felipe (Betim-MG) priorizam exatamente esses grupos.

Por outro lado, além desses grupos específicos, existem no país comunidades inteiras que estão à margem do desenvolvimento econômico, ou seja, que também sofrem um processo de exclusão. Algumas das iniciativas aqui apresentadas procuram implantar um projeto de desenvolvimento local que propicie a inserção econômica e social da comunidade do município, promovendo, ao mesmo tempo, a participação popular, como acontece em Sacramento (MG), onde foi criado o Centro de Empreendimentos Rurais e em Camaragibe (PE), onde a prefeitura implantou o Programa de Administração Participativa. Nessas iniciativas, portanto, a inclusão diz respeito não só à esfera econômica como também à esfera social e à política.

Em outra iniciativa, desenvolvida em Vicência, no interior de Pernambuco, a conciliação entre desenvolvimento econômico e participação popular começa desde cedo, como parte do aprendizado escolar (Projeto Comunidades Rurais Construindo o Desenvolvimento Local). No município capixaba de Piúma, por sua vez, a escola contribui para o desenvolvimento econômico e para a geração de renda (Projeto Escola de Pesca de Piúma).

Desenvolvimento econômico com participação popular é também o objetivo da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico, criada pela prefeitura de Campina Grande (PB). A iniciativa procura garantir a inclusão de setores marginalizados estendendo ao setor informal os mecanismos de concessão de crédito.

Em Itapeverica da Serra, município localizado na periferia da capital paulista, a criação dos Barracões Culturais da Cidadania procura combater mais uma forma de exclusão: a que restringe o acesso à cultura. Os Barracões possibilitam que

pessoas de baixa renda possam adquirir conhecimentos e se expressar por meio da arte.

A preocupação com a inclusão social também aparece em iniciativas que têm como foco a questão do meio ambiente, como é o caso dos Projetos Coleta Seletiva, de Santo André, Correção Ambiental e Reciclagem com Carroceiros, de Belo Horizonte e Unidades de Reciclagem de Porto Alegre. Em todas essas experiências, o poder público tem conseguido organizar o trabalho da população marginalizada que atuava informalmente na coleta e reciclagem do lixo.

Outra iniciativa que focaliza a questão do meio ambiente é o Programa de Proteção aos Mananciais, um cuidadoso trabalho de replantio de árvores nativas executado pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, em São Paulo.

Finalmente, o Programa Bebê Saudável, de Tamboril (CE), garante a redução da mortalidade dos recém-nascidos no município, com uma providência singela: o incentivo ao aleitamento materno. A exemplo das demais iniciativas apresentadas neste livro, o Programa Bebê Saudável mostra o esforço de alguns governos subnacionais para a construção de um país mais justo. Ao invés de projetos miraculosos e obras faraônicas, tal esforço resulta de uma ação cotidiana e muitas vezes silenciosa dos governos subnacionais, que contribuem assim para uma efetiva Gestão Pública com Cidadania.

Número de inscrições recebidas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania:

1996 - 629

1997 - 297

1998 - 631

1999 - 888

2000 - 946

Elizabeth Leeds

Assessora do Programa de Governo e Sociedade Civil da Fundação Ford no Brasil

Beatriz Azeredo

Diretora da Área Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Peter K. Spink e Marta Ferreira Santos Farah

Diretores do Programa Gestão Pública e Cidadania



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Camaragibe, PE

INSTITUIÇÃO:
Prefeitura Municipal de Camaragibe

CONTATO:
Teresinha Carlos e Eduardo Moura

ENDEREÇO:
Avenida Dr. Belmino Correia, 2340
Timbi – Camaragibe – PE
CEP 54768-000
(81) 458-1822 ramal 260
www.camaragibe.pe.gov.br

Onde todos governam

PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA

Em Camaragibe (PE), a população desempenha um papel fundamental na gestão do município

Situado na Região Metropolitana de Recife, Camaragibe é um município relativamente novo (menos de 20 anos), com aproximadamente 126 mil habitantes e um cotidiano marcado por carências sociais e pela violência urbana. Cerca de um terço dos moradores reside em áreas de risco, como alagados, morros e encostas. Mais de 30% das residências não conta com abastecimento adequado de água e apenas 21% dos domicílios estão ligados à rede de esgoto. A maioria das vias públicas não possui pavimentação.

O precário desenvolvimento da economia local se refletia, até há pouco tempo, na baixa estima dos moradores de Camaragibe, que alegavam não ter motivos para se orgulhar do local em que

vivem. A carência de infra-estrutura e de serviços públicos formavam um panorama social propício ao surgimento de práticas de clientelismo político.

O Programa Administração Participativa, implantado pela prefeitura, procura não só promover a identificação dos moradores com a própria cidade, como também responder aos problemas sociais de Camaragibe. Para alcançar esses objetivos, o Programa divide a responsabilidade pela gestão do município entre a prefeitura e a população.

Além de propiciar a integração entre as secretarias municipais, a iniciativa transformou o modo como são definidas as obras públicas e as políticas sociais do município. Agora, ao invés de recorrer aos vereadores para solicitar da prefeitura a realização das obras, a população discute as necessidades de cada região e seleciona os investimentos prioritários.

Nas cinco regiões em que foi dividido o município, os moradores elegem delegados, na proporção de um para cada mil habitantes. Um conselho formado pelos 120 delegados de todas as regiões discute com os técnicos da prefeitura o volume de recursos que será destinado ao atendimento das reivindicações apresentadas pela população. Depois de definir quais reivindicações será possível atender, o Conselho de Delegados e os técnicos debatem o conjunto de problemas municipais. Em seguida, a população é novamente convocada, desta vez para escolher as prioridades.



A POPULAÇÃO COMO PROTAGONISTA

Eleitos para um período de quatro anos, os delegados não recebem remuneração. Entre outras atribuições, eles têm de mobilizar a comunidade de suas respectivas regiões, bem como informar os moradores sobre o funcionamento da administração e sobre a situação do município. Juntamente com a criação do Conselho de Delegados, Camaragibe procurou reforçar o papel dos conselhos municipais (de saúde, educação, assistência social, etc.), que se tornaram os principais fóruns de decisão sobre as políticas setoriais. Dessa forma, o Conselho de Delegados e as plenárias regionais podem se concentrar

no Plano de Obras, preocupando-se mais com a infra-estrutura.

A fim de garantir o sucesso do novo modelo de gestão, a prefeitura de Camaragibe firmou parcerias com o Centro Josué de Castro (CJC) – que pesquisa políticas públicas – e o Centro de Estudos e Ação Social Urbano (CEAS) – que realiza trabalhos políticos e educativos junto a setores populares. A Universidade Federal de Pernambuco é outro dos parceiros deste programa. Tais parcerias possibilitam o oferecimento de cursos de capacitação para os delegados, que assim aprendem sobre o orçamento público, o funcionamento da máquina administrativa, o associativismo e outros temas relacionados à sua função.

— ■ —
Ao invés de recorrer aos vereadores, a população discute as necessidades de cada região e seleciona os investimentos prioritários
— ■ —

Com o conhecimento e o prestígio adquiridos, alguns delegados lançaram-se como candidatos a vereador. Os vereadores, por sua vez, deixaram de gastar o tempo atendendo pedidos de eleitores e passaram a fazer o que realmente lhes cabe: a fiscalização dos atos do Executivo e a elaboração de novas leis. Mas a ruptura da relação clientelista entre a população e seus representantes no Legislativo é apenas um dos muitos benefícios trazidos pelo Programa Administração Participativa.


Graças à iniciativa, Camaragibe também conseguiu aumentar a efetividade de suas políticas públicas. A mortalidade infantil caiu pela metade e o município hoje é considerado, pelo Ministério da Saúde, um exemplo de aplicação bem sucedida do Programa Saúde da Família. Por duas vezes a administração municipal recebeu o Prêmio Prefeito Criança, concedido pela Fundação Abrinq e pelo Unicef. Universalizou-se o acesso ao ensino fundamental e os professores recebem salários bem acima da média salarial paga aos professores do Recife. Com a finalidade de se enfrentar a evasão escolar e a repetência, fez-se uma reforma curricular e criou-se o cargo de agente de educação, encarregado de desenvolver atividades de reforço fora do ambiente da escola.



UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

A prefeitura também obteve avanços importantes na área de finanças, com o aumento das receitas próprias e da arrecadação total. Uma lei que entrou em vigor em 1997 permitiu o recebimento, na forma de prestação de serviços, dos débitos referentes aos tributos municipais em atraso.

No que diz respeito ao desenvolvimento da economia local, a prefeitura tem oferecido cursos de qualificação profissional a um grande contingente de interessados, por meio de parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Banco do Nordeste e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) – escola federal de educação profissional. Entre setembro de 1999 e fevereiro de 2000, cerca de três mil pessoas participaram das atividades de capacitação e qualificação profissional, como os cursos nas áreas de informática, corte e costura, mecânica e educação ambiental. Ao lado do oferecimento de cursos, a preocupação com o desenvolvimento econômico do município levou à concessão de mais de mil pequenos empréstimos em menos de um ano, utilizando-se recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda do governo federal, do Banco do Povo estadual e do Banco do Nordeste.

Por fim, o Programa Administração Participativa trouxe resultados que não se podem medir, mas que têm uma enorme repercussão: o surgimento de uma nova forma de fazer política, o aumento da transparência, a participação efetiva da população na gestão municipal e a transformação de Camaragibe numa cidade da qual seus moradores, finalmente, podem se orgulhar. 



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROGRAMA
INTEGRADO DE
INCLUSÃO SOCIAL

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Santo André – PB

INSTITUIÇÃO:
Prefeitura Municipal de Santo André

CONTATO:
Pedro de Carvalho Pontual

ENDEREÇO:
Praça IV Centenário, s/n
Santo André – SP
CEP 09015-080
(11) 4433-0169

Mutirão contra a exclusão

PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL

Mobilizando diversas instituições, a prefeitura de Santo André (SP) executa um conjunto articulado de iniciativas para melhorar a vida dos favelados

Mais de 15% da população de Santo André (SP) mora em favelas, o que representa aproximadamente 97 mil pessoas. Elas fazem parte do segmento mais atingido pela fuga de indústrias do ABC paulista, fenômeno que contribuiu para aumentar a exclusão social.

O Programa Integrado de Inclusão Social, implantado pela prefeitura, procura melhorar a qualidade de vida dessa população, com a aplicação simultânea de várias iniciativas. O Programa articula diversas secretarias e órgãos de governo, além de entidades representativas da sociedade civil e organizações internacionais, em torno de um mesmo objetivo: o combate à exclusão social, tendo como foco

as favelas de Santo André. Em todas as ações, o Programa busca incentivar a participação popular.

A experiência do atual prefeito numa gestão anterior (1989 a 1992) mostrou que não bastava executar obras de urbanização e saneamento pois, com a valorização das habitações, a população vendia suas casas e se deslocava para outros locais. A fim de evitar esse problema, o Programa mantém a urbanização e o saneamento como eixo central de sua atuação, mas desenvolve também muitas outras atividades nas áreas de saúde, educação, crianças e adolescentes, renda mínima e geração de emprego e renda.

O trabalho integrado começa com o cadastramento das famílias: o mesmo cadastro serve às diferentes áreas de atuação, o que possibilita acompanhar o impacto produzido pelo conjunto das ações. A integração aparece também nas reuniões das equipes técnicas, que ocorrem mensalmente e permitem planejar as ações de forma articulada, além de melhorar o entrosamento entre as equipes envolvidas.



O CAMINHO PARA A CASA PRÓPRIA

Atualmente, são atendidas quatro favelas (Sacadura, Tamarutaca, Capuava e Quilombo), selecionadas com base em indicadores socioeconômicos, nível de participação da população no orçamento participativo e presença de atores coletivos, como associações de moradores e organizações não-governamentais. As quatro favelas possuem, no total, cerca de 4 mil famílias.

No que se refere à urbanização, o trabalho consiste em regularizar a situação legal dos lotes, por meio da desapropriação e da concessão do direito real de uso aos favelados. Além disso, a prefeitura procura diminuir a aglomeração residencial em tais áreas, realizar o aterramento e construir obras viárias e de saneamento básico. As famílias podem optar pela compra do terreno (no valor de R\$ 2 mil, parcelados em 15 anos), encarregando-se de construir a própria casa. Outra opção é a compra de um apartamento, no valor de R\$ 15 mil, financiado pela Caixa Econômica Federal em prestações que não ultrapassam os R\$ 50.

As famílias que decidem pela compra do terreno são alojadas em moradias provisórias enquanto esperam a conclusão das obras de

infra-estrutura, a liberação dos terrenos e a construção das casas. Recebem assessoria para a elaboração das plantas e para a autoconstrução. Caso não tenham condições de adquirir o material, recebem também um kit, com o suficiente para erguer uma moradia de madeira, equipada com instalações sanitárias.



GARANTINDO RENDA E CRIANDO EMPREGOS

Duas iniciativas são fundamentais para que as famílias possam arcar com o custo de aquisição do terreno ou do apartamento: o Programa de Garantia de Renda Mínima e o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Por intermédio deste último, o governo municipal estimula a formação de cooperativas, proporcionando cursos de formação profissional, assessoria e financiamento, oferecido pelo Banco do Povo. Com o apoio da prefeitura, surgiram duas cooperativas de mulheres nas favelas atendidas pelo Programa Integrado de Inclusão Social, sendo uma de costura e outra de lavanderia. Moradores dessas favelas também participam de mais duas cooperativas, que trabalham na coleta e reciclagem do lixo (*ver o artigo “O lixo levado a sério”, sobre o Programa Coleta Seletiva de Santo André*).

A maioria das mulheres que participam das cooperativas decidiu se envolver com o trabalho a partir das reuniões realizadas no âmbito do Programa de Garantia de Renda Mínima. Esse Programa é executado somente nas favelas atendidas pelo Programa Integrado de Inclusão Social, contemplando as famílias que têm crianças de até 14 anos e que possuem renda *per capita* inferior a 0,5 salário mínimo, com pelo menos três anos consecutivos de residência no município. As famílias beneficiadas recebem um auxílio, por um período máximo de 18 meses, para que possam atingir o valor *per capita* de 0,5 salário mínimo.

A importância do Programa de Garantia de Renda Mínima, porém, não se deve apenas à complementação da renda, mas também às reuniões entre os técnicos e os grupos de mães. Nos encontros discutem-se a utilização dos recursos recebidos e estratégias para a superação da pobreza, cabendo aos técnicos articular, a partir dessa discussão, as demais ações que fazem parte do Programa Integrado de Inclusão Social.

PARCERIAS INTERNACIONAIS

Entre essas ações, destacam-se as do Programa Criança Cidadã, que desenvolve atividades esportivas, pedagógicas e de lazer em espaços comunitários, como galpões de escolas de samba, igrejas, associações, etc. A iniciativa beneficia crianças de sete a 16 anos, sendo atualmente executada em duas das favelas atendidas pelo Programa Integrado de Inclusão Social (Tamarutaca e Sacadura). Outra importante frente de atuação é a que se destina a combater o analfabetismo, aumentar o nível de escolaridade e oferecer formação profissional à população favelada. Com esse objetivo funcionam o Programa Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), o Movimento de Alfabetização (MOVA), o Programa de Educação para o Mundo do Trabalho (PEMT) e o Programa de Qualificação Profissional.

Na área da saúde, a atuação da prefeitura de Santo André junto às quatro favelas se apóia principalmente no trabalho dos agentes comunitários de saúde. Se-

Existem diversas parcerias estabelecidas no âmbito de cada iniciativa, ampliando o esforço geral de acabar com a exclusão do município

Selecionados entre os moradores de cada uma das comunidades, os agentes transmitem informações sobre a prevenção de doenças e fazem o encaminhamento das pessoas que precisam de atendimento médico.

Vinculado diretamente ao gabinete do prefeito, o Programa Integrado de

Inclusão Social envolve parcerias com o Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MMDF), com o Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Há também a importante colaboração da União Européia, por meio do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas do Meio Urbano. A Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com o Instituto de Governo e Cidadania de Santo André, contribuiu para a elaboração do Mapa da Exclusão do município, apoiando também a formação dos técnicos e a supervisão do Programa. Por fim, existem diversas parcerias estabelecidas no âmbito de cada iniciativa, ampliando o esforço geral de acabar com a exclusão no município.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



COLETA SELETIVA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Santo André

INSTITUIÇÃO:
Serviço Municipal de Saneamento
Ambiental de Santo André - SEMASA

CONTATO:
Maurício Mindrisz

ENDEREÇO:
av. José Caballero, 143
Santo André, SP
CEP 09040-210
(11) 411-9601

O lixo levado a sério

PROGRAMA COLETA SELETIVA

Em Santo André (SP), a coleta seletiva de resíduos atinge todo o município e a reciclagem é um negócio economicamente viável

A separação dos resíduos sólidos, com o aproveitamento do lixo orgânico e do material reciclável – papel, papelão, vidro, plástico, alumínio –, ganha cada vez mais destaque como alternativa para a melhoria da qualidade ambiental e para o aumento da vida útil de aterros sanitários, assim como para promover uma mudança nos hábitos da população, ampliando a conscientização ecológica e reduzindo o desperdício.

Tendo em vista esses objetivos, a prefeitura de Santo André, na região do ABC paulista, implantou em 1997 o Programa Coleta Seletiva. A prefeitura pretendia ainda enfrentar os problemas decorrentes da coleta regular de lixo na cidade, como o não atendi-

mento dos locais de difícil acesso, a disposição clandestina dos resíduos em áreas de mananciais e a necessidade de se encontrar uma alternativa econômica para a reciclagem, até então realizada como uma atividade informal.

A implantação do Programa representava um desafio porque, apesar de suas muitas vantagens, a coleta seletiva pode se tornar um processo caro e de difícil adesão por parte da população. A estratégia utilizada pela prefeitura para implantar o Programa buscou vencer tais obstáculos.




UMA APOSTA NO BOM SENSO


Em primeiro lugar, a administração municipal realizou um levantamento a respeito da infra-estrutura disponível no município para coleta de resíduos sólidos. Na época, constatou-se a existência de tímidas iniciativas para arrecadação de materiais recicláveis, sob res-

ponsabilidade de algumas entidades filantrópicas. Havia também o trabalho informal dos “carrinheiros”, que coletavam os resíduos em carrinhos de mão para, em seguida, comercializá-los.

O mesmo levantamento apurou que existiam 17 estações de recebimento de resíduos (áreas para entrega voluntária de material reciclável). Utilizando essa estrutura, o governo começou um trabalho de



Ao invés de trocar o material doado por prêmios, vales e produtos alimentícios, como fizeram outros municípios, a prefeitura apostou na conscientização da população



divulgação para que as pessoas doassem aos carrinheiros ou às entidades filantrópicas o material que poderia ser reciclado ou reutilizado. Ao invés de trocar o material doado por prêmios, vales e produtos alimentícios, como fizeram outros municípios que implantaram a coleta seletiva, a prefeitura de Santo André apostou na conscientização da população.

Ao mesmo tempo, a prefeitura iniciou a melhoria das estações de recebimento e a implementação de novas estações. Trata-se de caçambas fixadas em locais estratégicos da cidade, onde a população deposita o material que, em virtude de sua quantidade ou natureza, não é recolhido pelo caminhão. Uma parte delas passou a ficar sob os cuidados da própria comunidade, especialmente dos ex-carrinheiros, encarregados da limpeza e da manutenção desses locais.

Dessa fase inicial a prefeitura colheu subsídios para um projeto-piloto de coleta seletiva na cidade, procurando a viabilidade econômica do Programa. O pressuposto era que a coleta seletiva só se viabilizaria caso existisse um mercado comprador para os recicláveis.

Realizado num dos bairros da cidade, o projeto-piloto realizava a coleta seletiva de porta em porta, com horário estabelecido para o recolhimento do lixo orgânico e do material reciclável. Uma grande campanha de divulgação ajudou a esclarecer a população e a vencer eventuais resistências. A partir do projeto-piloto, o Programa Coleta Seletiva se expandiu e atualmente abrange 100% da população do município.



COLETORES COMUNITÁRIOS

Nos locais em que o custo é extremamente alto para as empresas coletoras, como as favelas e os loteamentos irregulares, a prefeitura implantou o Programa de Coleta Comunitária, um subprograma da Coleta Seletiva. Membros da própria comunidade atendida pelo Programa recolhem os resíduos domiciliares de porta em porta e conduzem-nos para estações de recebimento, de onde são transportados para o aterro sanitário e para a Usina de Triagem.

Os coletores comunitários foram selecionados com base em sua situação socioeconômica e deverão formar uma cooperativa. Eles recebem cerca de R\$ 180 por mês e têm também a função de conscientizar a população sobre questões ambientais, informando sobre a importância da reciclagem e a necessidade de recolher o lixo em locais apropriados.

A prefeitura ainda teve de organizar todo o processo de triagem e separação do lixo reciclável construindo, inclusive, as instalações necessárias a esse trabalho. Afinal, era preciso transformar a iniciativa num negócio atraente para as empresas compradoras de recicláveis, que só fazem a compra se toda a estrutura municipal estiver instalada,

não se comprometendo nem mesmo a recolher o material nos locais de triagem e separação.

Mas, embora se dispusesse a preparar todas as fases da coleta seletiva, a administração municipal assumiu como diretriz que não deveria participar diretamente da comercialização. Para desempenhar essa tarefa e gerir o negócio, formou-se uma cooperativa a partir do estímulo e da assessoria técnica fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, por meio do Projeto Incubadora de Cooperativas.



MENOS LIXO E MAIS EMPREGOS

Hoje, a operação da Usina de Triagem de Resíduos é realizada pela Cooperativa de Reciclagem de Santo André (Coopcicla), integrada por 74 cooperados. São ex-desempregados e ex-catadores de lixo que, graças ao trabalho de separação e venda dos resíduos, têm uma renda mensal de aproximadamente R\$ 350, recebendo também uma cesta de alimentos.

Convênios e parcerias com órgãos públicos, ONGs e empresas da região também contribuíram para a viabilidade econômica do Programa. A Fundação Alcoa, por exemplo, fornece os recursos para o funcionamento de uma Usina de Triagem e Reciclagem de Papel. A empresa Rotedali Serviços e Limpeza Urbana apóia principalmente o subprograma de coletores comunitários e a Pau-Brasil Assessoria Ambiental fornece apoio técnico para a divulgação do programa e para o trabalho educativo junto às comunidades de difícil acesso. A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas – Unitrabalho, por sua vez, atuou na assessoria técnica para a formação das cooperativas, juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Foram firmados também convênios e parcerias com diversas secretarias municipais e com cooperativas de trabalhadores.

Todo esse esforço resultou no elevado nível de abrangência do Programa. Outros resultados importantes são a diminuição de 20% do volume de lixo destinado ao aterro sanitário do município e a criação de quase 200 postos de trabalho. Com menos lixo e mais empregos, Santo André dá uma lição de consciência ecológica.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



CORREÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM COM CARROCEIROS

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Belo Horizonte, MG

INSTITUIÇÃO:
Superintendência de Limpeza Urbana

CONTATO:
Maria Stella Neves Pereira

ENDEREÇO:
Rua Tenente Garro, 118 - 10º andar
Belo Horizonte - MG
CEP 30130-003
(31) 277-9333
www.pbh.gov.br

Uma carroça de respeito

CORREÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM COM CARROCEIROS

Com a organização e a valorização do trabalho dos carroceiros, a capital mineira conseguiu transformá-los em parceiros na limpeza da cidade

Metrópole em constante crescimento, Belo Horizonte vê surgir a todo momento um prédio em construção. Como consequência, a capital mineira gera diariamente duas mil toneladas de entulho e convive com um personagem bastante conhecido em todas as regiões da cidade: o carroceiro. Milhares de homens trafegam de um lado para outro em carroças com tração animal, trabalhando informalmente no transporte de entulho, além de móveis, materiais de construção e outros objetos. Juntamente com as empresas especializadas no recolhimento dos resíduos da construção civil, os carroceiros prestam um valioso serviço

ao município, mas até há pouco tempo não eram reconhecidos, vivendo à margem do mercado formal de trabalho e da cidade oficial.

Além disso, grande parte do entulho acabava sendo jogada em locais inadequados, como constatou a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), órgão municipal que gerencia a coleta e o tratamento de resíduos sólidos. Tanto as empresas como os catadores depositavam o material em terrenos baldios, valas, córregos etc., prejudicando o meio ambiente e causando transtornos à prefeitura, devido ao custo de remoção desse material.



MEIO AMBIENTE, TRABALHO E RENDA

O problema da disposição inadequada do entulho era tão grave que, em 1993, a Superintendência implantou um conjunto de ações voltadas especificamente à destinação dos resíduos da construção civil. Ao longo do trabalho, o órgão descobriu que os carroceiros poderiam ser parceiros fundamentais da iniciativa, colaborando para diminuir a poluição e minimizar o assoreamento de cursos d'água e sistemas de drenagem pluvial. Esse é o objetivo do “Programa de Correção Ambiental e Reciclagem com Carroceiros”, iniciado em julho de 1997.

Os avanços obtidos pelo Programa, porém, não se restringem aos aspectos ambientais. A experiência tem conseguido resultados importantes também no que diz respeito à organização dos carroceiros, à melhoria de sua renda e de suas condições de trabalho e ao reconhecimento social de sua importância.

Para atingir tais resultados, o Programa integra três frentes de atuação: a social, a veterinária e a técnica. A atuação na frente social inspirou-se na experiência da Associação dos Catadores de Papel e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (Asmare), fundada há dez anos pela Pastoral da População de Rua. A Associação desenvolve, em parceria com a Superintendência de Limpeza Urbana, iniciativas que buscam a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, por meio do associativismo e do cooperativismo.

Mas, ao contrário dos catadores, os carroceiros ainda não haviam se conscientizado da importância de se organizarem, preferindo disputar entre si os espaços de trabalho. Para atrair os carroceiros para o

Programa recorreu-se inicialmente a uma atuação na frente veterinária. O Programa forneceu vacinas para os animais, controle parasitológico e inseminação artificial. Os carroceiros participaram de palestras e de um curso para o manejo adequado dos equinos.

Na frente técnica, o Programa atuou visando informar os carroceiros sobre as implicações do despejo de resíduos em locais inadequados, bem como discutir alternativas para a manutenção da atividade de forma ambientalmente correta. Tal atividade impulsionou a participação no Programa. Atualmente existem duas associações de carroceiros e a Superintendência de Limpeza Urbana pretende apoiar o surgimento de outras. Os carroceiros hoje participam, inclusive, do gerenciamento do Programa.

“DISQUE-CARROÇA”

Nessas áreas, chamadas de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV), o entulho é separado e classificado, o que facilita a remoção e o reaproveitamento dos materiais. As Unidades servem ainda como pontos de coleta seletiva do lixo, separado de acordo com sua composição (papel, metal, vidro e plástico). É também nas URPV que se pode entrar em contato com os carroceiros de cada região, realizando programas de vacinação dos animais, emplacamento de carroças, reuniões e outras atividades. Há cinco Unidades em funcionamento, além de duas Estações de Reciclagem de Entulho, que contribuem para aumentar a vida útil dos aterros, pelo reaproveitamento do material na pavimentação de ruas e em outras obras.

A Superintendência de Limpeza Urbana pretende construir mais sete Unidades de Recebimento até 2004. Nas cinco que já existem, cerca de 700 carroceiros participam sistematicamente das atividades

Atualmente, existem duas associações de carroceiros e a Superintendência de Limpeza Urbana pretende apoiar o surgimento de outras

des desenvolvidas pela Superintendência. Atualmente, sempre que alguém precisa desses trabalhadores, aciona o “Disque-Carroça”, uma linha telefônica colocada à disposição da população pela Superintendência de Limpeza Urbana e amplamente divulgada pela mídia. O serviço fez sucesso entre os carroceiros, pois incrementou a demanda pelos carretos.

O emplacamento e a regularização das carroças, por outro lado, inicialmente foram recebidos com desconfiança, devido ao receio quanto a uma possível perseguição dos órgãos fiscalizadores, que

Os carroceiros estão se tornando um grupo de trabalhadores organizado, reconhecido e valorizado, com um importante papel na preservação ambiental da cidade

poderiam impor penalidades, pagamento de taxas, multas, etc. Hoje, os carroceiros reconhecem a importância da regularização e do emplacamento, realizados pela BHTrans, órgão responsável pelo trânsito da capital mineira. Se antes eles não tinham nem documentos, o serviço possibilita que agora tenham até seguro contra acidentes.

Além da BHTrans, são parceiros da Superintendência de Limpeza Urbana, na execução do Programa, a Universidade Federal de Minas Gerais e o Serviço de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde. A Universidade fornece estagiários para o cadastramento dos carroceiros e realiza atividades de conscientização. O Serviço de Zoonoses da Secretaria de Saúde fornece vacinas para os animais, realiza a inseminação artificial e substitui os animais vítimas de doenças contagiosas.

Com o apoio desses órgãos e a coordenação da Superintendência de Limpeza Urbana, os carroceiros de Belo Horizonte estão se tornando um grupo de trabalhadores organizado, reconhecido e valorizado, com um importante papel na preservação ambiental da cidade.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS DE UM BRASIL QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



UNIDADES DE RECICLAGEM NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Porto Alegre – RS

INSTITUIÇÃO:
Departamento Municipal de Limpeza
Urbana de Porto Alegre

CONTATO:
Mayra H. M. Huergo e
Carlo Augusto de A. Alves

ENDEREÇO:
Av. Azenha, 631 - sala 42
Porto Alegre – RS
CEP 90160-001
(51) 217-9111

O capital social (e econômico) do lixo

PROGRAMA UNIDADES DE RECICLAGEM

A separação de resíduos para a venda de materiais recicláveis emprega centenas de pessoas em Porto Alegre, num trabalho organizado e apoiado pela prefeitura

O município de Porto Alegre gera atualmente 1600 toneladas de lixo por dia e desde 1989 faz a coleta seletiva dos resíduos, separando o lixo seco do lixo orgânico. Na época, a capital gaúcha contava com dois aterros sanitários, um na zona norte e outro na zona sul. No início da década de 90, porém, o aterro da zona norte teve de ser fechado, pois tinha esgotado sua capacidade. O mesmo deve acontecer com o da zona sul, num prazo máximo de dois anos.

A falta de áreas para implantação de novos aterros obriga Porto Alegre a destinar parte dos resíduos para o município vizinho de Gravataí, onde há um aterro construído por um consórcio de municípios. A solução definitiva para o problema, no entanto, passa pela redução do volu-

me de lixo, tanto na origem (com a diminuição do desperdício, por exemplo) como na destinação final (com a reciclagem dos resíduos).

Esse é um dos objetivos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, implantado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana. A fim de reduzir o volume de lixo na origem, o Departamento realiza há dois anos um intenso trabalho de conscientização, com uma equipe de educação ambiental que promove cursos e palestras em escolas e outras instituições.

Para a reciclagem dos resíduos, o Departamento instituiu em julho de 1990 o Programa Unidades de Reciclagem, que funciona com base no trabalho desenvolvido em oito galpões localizados na periferia da cidade. Nos galpões, mais de 400 pessoas fazem a separação do lixo

A fim de reduzir o volume de lixo na origem, o Departamento realiza um intenso trabalho de conscientização, com uma equipe que promove cursos e palestras em escolas e outras instituições

seco de acordo com o tipo de material (papel, papelão, vidro, plástico, metal, etc.). Depois da separação, o lixo é prensado, pesado e armazenado para venda.

O gerenciamento de cada uma das unidades está sob a responsabilidade de uma associação, à qual estão ligados os funcionários que trabalham nos galpões. O pagamento desses trabalhadores é determinado pela partilha dos recursos obtidos com a venda do

material reciclável, realizada pelas associações. Tais entidades também fazem o controle de todo o material selecionado, informando mensalmente ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana, por meio de uma planilha, as quantidades de cada tipo de material.

A FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

As unidades de reciclagem recebem do Departamento de Limpeza Urbana o apoio técnico para a comercialização dos produtos, bem como para a ampliação e reforma dos galpões e para a aquisição de novos equipamentos. Mensalmente, representantes das associações e do Departamento se reúnem para discutir sobre o andamento de suas atividades e sobre seus problemas. Os recursos necessários às obras nos galpões e à

aquisição de equipamentos são conquistados no âmbito do Orçamento Participativo de Porto Alegre, ficando sob o encargo da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio o repasse das verbas.

Até chegar à atual configuração, o Programa percorreu uma longa trajetória de organização do trabalho de papeleiros, catadores, carroceiros e comunidades residentes em bairros pobres do município. Em alguns locais, o Programa aproveitou formas de organização pré-existentes, procurando consolidá-las. Em outros, estimulou-se o surgimento de associações, como forma de incorporar ao Programa um contingente de trabalhadores informais, desempregados e pessoas carentes em geral, que encontravam no lixo o seu meio de sobrevivência.

Assim, quando o Programa Unidades de Reciclagem começou a funcionar, papeleiras e catadoras da Ilha dos Marinheiros já estavam organizadas há alguns anos na Associação da Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras. Já na Vila Dique, zona norte da cidade, e no bairro Rubem Berta, região

O gerenciamento de cada uma das unidades está sob a responsabilidade de uma associação, à qual estão ligados os funcionários que trabalham nos galpões

noroeste, havia dois núcleos de catadores que se consolidaram, respectivamente, na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Santíssima Trindade e na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, pouco depois do início das atividades do Programa. Sob a coordenação do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, esse processo de organização foi estendido aos catadores residentes nas imediações do aterro sanitário da zona norte, que na época ainda estava em operação. Posteriormente, foram integradas mais quatro associações de recicladores: Vila Pinto, Cavallhada, Restinga e Campo do Tuca.

EM CADA UNIDADE, UMA HISTÓRIA

Como em Campo do Tuca, cada uma das outras localidades em que hoje existem associações e unidades de reciclagem tem sua própria história de organização da comunidade e de construção dos galpões. Por exemplo: na Ilha dos Marinheiros, no bairro Rubem Berta e na vila Dique, a organização dos catadores, papeleiros e

recicladores começou por iniciativa das igrejas. Na Vila Pinto, a iniciativa partiu da própria comunidade, que criou o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto. O Centro destinava-se a trabalhar a questão da violência contra as mulheres, promovendo a conscientização sobre seus direitos e a geração de alternativas de renda. A reciclagem do lixo seco, num galpão localizado na própria vila, foi a maneira encontrada para que as mulheres da comunidade pudessem trabalhar próximo ao local de moradia, adquirindo o respeito de seus vizinhos e resgatando a auto-estima.

— ■ —

O Programa percorreu uma longa trajetória de organização do trabalho de papeleiros, catadores, carroceiros e comunidades residentes em bairros pobres do município

— ■ —

Já na região do aterro da zona norte, foi preciso que o Departamento Municipal de Limpeza Urbana iniciasse um trabalho de cadastramento e de conscientização dos moradores. O processo foi longo e árduo, devido à diversidade dos grupos e à precariedade em que vivia aquela população. Havia até casos de meninas que se prostituíam em troca dos materiais recicláveis mais valorizados, como o alumínio.

O Departamento começou por proibir que as pessoas “acampassem” no aterro e que nele entrassem menores de 16 anos. Em seguida, delimitou-se um espaço para cada grupo de catadores, com o estabelecimento de horários de trabalho e a criação de uma área de armazenagem, de modo a eliminar a atuação dos intermediários na venda dos materiais recicláveis.

Passados mais de 10 anos de funcionamento do Programa Unidades de Reciclagem, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana agora quer implantar uma Central de Vendas e uma Usina de Beneficiamento de Plásticos, que já se encontra na fase final de construção. É o que falta para a formação de uma cadeia produtiva de produtos reciclados, agregando valor ao processo e gerando novos postos de trabalho. Também se pretende construir novas unidades de reciclagem, a fim de atender as pessoas que aguardam na fila de espera para participar do Programa. Tanto interesse se deve à descoberta de que o lixo de Porto Alegre passou a gerar trabalho e renda. ■



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS - SP

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Bacia Hidrográfica dos
Rios Piracicaba e Capivari

INSTITUIÇÃO:
Consórcio Intermunicipal das
Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari

CONTATO:
Ivan Takeshi Toyama
– Coordenador do Programa

ENDEREÇO:
Rua Alfredo Guedes, 1949 – sala 210 –
Piracicaba – SP
CEP 13419-080
(19) (433-0938 /434-0867)
www.agua.org.br

Preservando os mananciais para preservar a vida

PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS - SP

Com este Programa, os municípios da Bacia dos Rios Piracicaba e Capivari estão conseguindo recuperar seus mananciais, o que significa água limpa em quantidade suficiente para todos

A pesar de possuir as maiores reservas de água doce do mundo, o Brasil sofre com a falta desse mineral tão valioso e com o problema da poluição dos mananciais. Nas grandes cidades, a população já é obrigada a conviver com racionamentos. Para garantir o abastecimento e a qualidade da água consumida, cidades e empresas estão organizando consórcios, em várias regiões do País.

No Estado de São Paulo, o Consórcio da Bacia dos Rios

Piracicaba e Capivari realiza diversas ações, com o objetivo de recuperar e proteger a bacia destes dois rios, fontes de água para uma grande região do estado. O Consórcio é uma associação de usuários da água dessa bacia, congregando 42 municípios e 27 empresas da região. Entre as iniciativas do Consórcio, há o Programa de Proteção aos Mananciais, que promove o reflorestamento da mata ciliar nativa. A mata funciona como um filtro, impedindo que a sujeira e os poluentes cheguem ao leito dos rios.

O trabalho de reflorestamento vai ao encontro das exigências do Código Florestal, de 1965, que prevê a existência de uma área de recuo para a preservação das matas ciliares nativas. Ao mesmo tempo, porém, o Programa se mostra muito mais flexível do que essa legislação, que impossibilitaria a exploração de atividades produtivas em diversas áreas da região, extremamente rica em mananciais. O Programa, ao contrário, parte do reconhecimento de que já existem diversas propriedades nas áreas a serem protegidas, procurando se adaptar às características de cada uma delas.

Trata-se de uma forma sustentada de promover o equilíbrio ambiental e ao mesmo tempo possibilitar a exploração econômica da área rural dos municípios que fazem parte da bacia hidrográfica. Em linhas gerais, as ações são divididas em três fases: na primeira, realiza-se um diagnóstico da situação da propriedade que será beneficiada. Com base nesse diagnóstico, é feito o projeto de reflorestamento.



PLANTANDO AGORA PARA COLHER NO FUTURO

Após a aprovação do projeto pelos órgãos responsáveis, inicia-se a segunda fase, isto é, o plantio. As árvores plantadas são todas originárias da região, o que estimula a preservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Além disso, sementes de espécies ameaçadas de extinção são recolhidas e posteriormente enviadas para outras organizações que também fazem esse tipo de trabalho.

Durante o plantio, observam-se determinadas diretrizes técnicas que possibilitam o desenvolvimento adequado da floresta. Por exemplo: 15% das mudas utilizadas são de árvores frutíferas, o que facilita a atração de animais e pássaros nativos da região. Eles atuam como disseminadores de espécies vegetais, carregando sementes para locais

próximos e estimulando, dessa forma, o desenvolvimento natural das florestas e da biodiversidade.

Depois do plantio, começa o acompanhamento da evolução das mudas plantadas, terceira fase do trabalho. Durante dois anos, um técnico visita regularmente as áreas onde foram realizados os plantios, para observar o desenvolvimento das mudas e desenvolver algumas atividades de proteção das árvores, quando necessário.

AS “MÃES” DAS ÁRVORES

Uma das principais inovações do Programa é a articulação entre diversos atores sociais, que vêm a recuperação e a manutenção dos mananciais como um bom negócio para todos. O Programa funciona como uma forma de interlocução das diversas partes envolvidas, sempre buscando uma solução consensual. Entre os diversos parceiros da iniciativa, encontram-se o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), o Ministério Público, as Secretarias Municipais de Agricultura e de Meio Ambiente, as Casas de Agricultura da região, a Polícia Florestal, bem como organizações não-governamentais ligadas à questão ambiental e associações de empresários e de proprietários rurais.

Já foram plantadas quase um milhão de mudas, mas o trabalho está apenas começando. Para a expansão das atividades, o Programa de Proteção aos Mananciais conta com valorosos aliados: sete viveiros produzem as mudas e realizam o intercâmbio de espécies e de técnicas de plantio. Nesses locais, acontece o contato direto entre os responsáveis pelo Programa e os proprietários das áreas beneficiadas. Nos viveiros também se pode observar a “alma” do Programa. Os funcionários envolvidos têm orgu-

Após um longo período de aumento da poluição e de problemas ambientais, o piracicabano está novamente se sentindo orgulhoso do rio que dá nome ao município

lho do trabalho que realizam e atuam como se fossem “mães” das mudas, não hesitando em advertir os proprietários que se mostram descuidados no trato com as plantas.

UMA ESTRATÉGIA DE CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA

Não há doação de mudas: elas são trocadas por insumos para a produção de mais mudas. A troca contribui para a sustentabilidade do Programa e incentiva cada parceiro a assumir sua responsabilidade no sucesso da iniciativa. Como resultado dessa sinergia, o Programa conta hoje com vários agentes multiplicadores. Alguns proprietários ficaram tão satisfeitos com os plantios realizados que atuam como interlocutores do Programa em suas comunidades.


Entre os resultados obtidos pela experiência, destaca-se a conscientização da população quanto à necessidade de se manter o equilíbrio ambiental. Para cada plantio, organiza-se um evento que reúne crianças das escolas da região e representantes do

Alguns proprietários mostram-se tão satisfeitos com os plantios que atuam como interlocutores do Programa em suas comunidades

poder público e da sociedade civil. Parte das mudas são plantadas pelas crianças, que também têm acesso a diversas informações sobre a proteção do meio ambiente.

A mudança de comportamento evidencia-se principalmente no município de Piracicaba, que passou a valorizar o rio

que corta a cidade e que é um dos seus principais cartões de visita. Após um longo período de aumento da poluição e de problemas ambientais, o piracicabano está novamente se sentindo orgulhoso do rio que dá nome ao município.

O exemplo de Piracicaba mostra que, apesar do tempo necessário para a maturação do Programa, as sementes plantadas dão origem não apenas a novas árvores, mas também a uma consciência ecológica. No futuro, essa consciência garantirá a recuperação das áreas degradadas e a preservação das que ainda se mantêm intocadas. 

PROJETO BARRACÕES CULTURAIS DA CIDADANIA
área de implantação: Município de Itapecerica da Serra
contato: Sebastião José Soares
instituição: Departamento de Cultura do Município de Itapecerica da Serra
endereço: Rua Adolfo Pinheiro, 96 - Itapecerica da Serra – SP
CEP 06850-000 (11) 7947-1422

A gente não quer só comida

Projeto Barracões Culturais da Cidadania

Em espaços simples e improvisados, Itapecerica da Serra (SP) leva arte e agitação cultural para a população da periferia

Paredes nuas, chão de cimento e nenhuma sofisticação arquitetônica: em espaços tão despojados, acontece uma grande agitação cultural. Oficinas de dança, música, teatro, literatura e artes plásticas, além de exposições, encontros culturais e apresentações artísticas. A idéia é incorporar a idéia de simplicidade e improviso, como se cada espaço fosse um “barracão”, onde o único recurso é a criatividade.

Os Barracões Culturais da Cidadania foram criados pelo Departamento de Cultura da prefeitura de Itapecerica da Serra para liberar tal criatividade e para levar cultura, arte e lazer gratuitos à população carente do município. Para essa população, simplicidade e improviso não são apenas características do processo criativo, mas imposições ditadas pela necessidade de sobrevivência. Localizado dentro de uma área de proteção a mananciais vizinha à cidade de São Paulo, o município enfrenta os mesmos problemas dos bairros periféricos da capital paulista: pobreza, violência, ausência de políticas públicas e falta de acesso aos equipamentos de cultura e lazer.

Lutando contra essa realidade, em 1997 o Departamento de Cultura de Itapecerica da Serra procurou as sociedades amigos de bairro e as paróquias da Igreja Católica para apurar qual a demanda por atividades culturais em cada comunidade. Das conversas iniciais, surgiram também as negociações sobre os locais para a realização das atividades. As sociedades amigos de bairro e as igrejas cederam os

espaços para as primeiras oficinas, assim como algumas escolas. Nestas, porém, o Projeto ainda enfrenta algumas resistências, sob o argumento de que as oficinas atrapalham as aulas.

Para contornar tais resistências e dar conta da elevada demanda pelas atividades do Projeto, em 2000 a prefeitura inaugurou dois espaços que reúnem as diversas oficinas: o Barracão do Jardim Jacira, um dos bairros mais violentos do Estado, e o Barracão do Parque Paraíso, que futuramente se transformará no Teatro Municipal.

Enquanto aguardam a inauguração de novos Barracões, os moradores de outros bairros continuam participando das oficinas que acontecem nos salões paroquiais e nas sociedades amigos de bairro. Além disso, a prefeitura estuda a possibilidade de se firmar um convênio com a empresa responsável pelo transporte público no município, para que os alunos das oficinas tenham direito ao transporte gratuito nos dias de atividade. Em quase três anos de funcionamento dos Barracões Culturais, mais de 1200 pessoas participaram das oficinas, que são encontros semanais de três horas de duração, monitorados por profissionais com especialização nas várias atividades oferecidas.

Aulas no pátio

A expansão do Projeto, com a inauguração de novos Barracões, ou a garantia do transporte gratuito às pessoas que moram em bairros distantes, seria de extrema importância para ampliar o alcance da iniciativa. Para se ter idéia dessa importância, basta observar que uma das alunas da oficina de dança começou a dar aulas no próprio pátio de sua escola, ensinando os colegas interessados em participar das atividades mas que não têm condições de se locomover até um dos “Barracões”.

Uma das formas encontradas para superar as limitações orçamentárias do Projeto é a parceria com a Indústria de Cosméticos Natura, instalada no município. Além de ter patrocinado uma exposição do famoso fotógrafo Sebastião Salgado, no

Barracão do Jardim Jacira, a empresa contribui com aproximadamente 30% dos recursos financeiros do Projeto, pagando o salário dos monitores. Durante algum tempo, também participou da iniciativa a Secretaria Estadual de Cultura, que pagou o salário de parte dos monitores, até que eles fossem contratados em definitivo por meio de um concurso realizado pela prefeitura.

O Projeto ainda possui interfaces com a Secretaria Municipal de Saúde, com a Vara da Infância e da Juventude e com a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Psicólogos que trabalham para a Secretaria de Saúde, dentro de um programa de atendimento às famílias, encaminham algumas pessoas para participarem das atividades desenvolvidas nos Barracões. Ao determinar a prestação de serviços comunitários como penalidade para jovens infratores, a Vara da Infância e da Juventude também faz o encaminhamento desses jovens para o Departamento de Cultura, onde eles podem se inscrever em oficinas de sua preferência. Há também alguns participantes que são encaminhados por um programa de segurança preventiva posto em prática pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Das relações familiares à participação política

Todas essas interfaces dão uma idéia do impacto do Projeto, que vai muito além da expressão artística e do acesso às atividades culturais. A experiência contribui para melhorar o convívio social no interior de cada comunidade, para o surgimento de grupos culturais e para a formação dos jovens. Funcionando em uma região com altos índices de violência, o Projeto diminui a atração que o mundo das drogas pode exercer sobre os adolescentes, além de estimular a leitura e aumentar o interesse pela escola. Entre os adolescentes que participam das oficinas, alguns trabalham durante o dia e estudam à noite, mas trocam a folga do final de semana pela prática de sua atividade cultural preferida.

Para as famílias, os Barracões Culturais da Cidadania trazem ainda a oportunidade de discutir as relações de gênero, revelando as diversas formas de submissão das

mulheres. Assim acontece, por exemplo, no grupo de dança Mulheres do Santa Júlia, que por meio de discussões e da expressão artística estão encontrando um caminho para a própria emancipação. Elas também passaram a envolver as famílias nas atividades, levando maridos e filhos para assistir às apresentações.

Como indica o nome do Projeto, o trabalho desenvolvido nos Barracões se reflete ainda nos direitos de cidadania, pois amplia a conscientização da população sobre seu relacionamento com o poder público e sobre a importância de participar das decisões coletivas. Sinaliza essa mudança de mentalidade o envolvimento dos alunos nas discussões do orçamento participativo (reivindicando a construção de novos Barracões) e do plano diretor do município.

Aos poucos, a população também se mobiliza para que a cultura se torne uma prioridade dos governos. A criação da Comissão Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Cultura e da Lei de Incentivo à Cultura são algumas das conquistas nessa direção.

JANELA 1

A experiência contribui para melhorar o convívio social no interior de cada comunidade, para o surgimento de grupos culturais e para a formação dos jovens.

JANELA 2

Para as famílias, os Barracões Culturais da Cidadania trazem ainda a oportunidade de discutir as relações de gênero, revelando as diversas formas de submissão das mulheres.

JANELA 3

O Projeto também amplia a conscientização da população sobre seu relacionamento com o poder público e sobre a importância de participar das decisões coletivas.

PROGRAMA BEBÊ SAUDÁVEL
área de implantação: Município de Tamboril, CE
contato: Inês Santos do Couto
instituição: Hospital Regional de Tamboril
endereço: Av. Franklin Cavalcante, s/n – Tamboril – CE
CEP 63750-000 (88) 617-1100

O alimento que é um santo remédio

Programa Bebê Saudável

O município de Tamboril (CE) reduz rapidamente a mortalidade infantil com uma idéia tão simples quanto eficaz: o incentivo ao aleitamento materno.

Tamboril é um município cearense de cerca de 27 mil habitantes, dos quais mais de 60% vivem na zona rural. Trata-se de uma daquelas localidades pobres do semi-árido, onde a agricultura é a principal atividade econômica, a prefeitura é o principal empregador e a seca, um dos maiores flagelos. Outro flagelo é a mortalidade infantil, que chegou a atingir 75 em cada 1000 crianças com menos de um ano, uma das taxas mais elevadas de todo o Estado. Em pouco mais de dois anos, porém, o município conseguiu reverter o quadro, reduzindo em quase 80% o número de óbitos entre os recém-nascidos. O responsável pela transformação foi o Programa Bebê Saudável, desenvolvido pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Saúde, a partir de maio de 1998.

Tudo começou quando a “Dra. Inês”, como é conhecida a assistente social do Hospital Regional de Tamboril, improvisou um trabalho com gestantes e parturientes, visando incentivar o aleitamento materno. Corria o mês de outubro de 97 e a doutora alarmava-se com a incidência de diarreia e de infecção respiratória entre os bebês. Acreditava que tais doenças poderiam ser suprimidas com a amamentação no seio.

Numa sala de reuniões do hospital, a assistente social passou a dar palestras diárias para grupos de mulheres e atendimento mensal para cada uma delas. Os resultados começaram a ser perceptíveis a partir de maio de 98, com a diminuição do número de óbitos. Animada com o impacto, a Secretaria de Saúde priorizou o estímulo à iniciativa. Era o início do Programa Bebê Saudável.

Acompanhamento no hospital e em casa

A sala de atendimento às mulheres e às crianças foi pintada e decorada, ganhando quadros, brinquedos e melhores acomodações para mães e filhos. O cartão do bebê, o folheto com instruções sobre alimentação e o de assepsia bucal, que até então eram feitos manualmente, passaram a ser impressos. A equipe do hospital, dos médicos aos faxineiros, os agentes de saúde e o Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno (GIAM), composto por voluntários, receberam treinamento intensivo. Hoje todos são capazes de fornecer informações minuciosas sobre a importância da amamentação e sobre o valor nutricional do leite materno. Explicam a forma correta de segurar a criança e posicioná-la ao seio, bem como a maneira de coletar manualmente o leite.

Ao passar pelo atendimento mensal, que tem a duração de 20 minutos, a mãe recebe orientação detalhada sobre lactação e desenvolvimento do bebê. Verifica-se o peso e o tamanho da criança. Quando necessário, ambos são encaminhados ao médico, que ocupa o consultório contíguo.

Assim que fica grávida, a gestante é encaminhada ao pré-natal, começando a fazer visitas regulares ao hospital. Além da vacinação obrigatória, recebe um complexo de vitaminas e ferro. Nos atendimentos mensais, assiste às palestras, juntamente com as mães. A troca de informações entre os dois grupos, mães e gestantes, incentiva ainda mais o aleitamento. Para as gestantes, olhar os bebês e ouvir o depoimento das mães que fazem o aleitamento confirma a validade das informações prestadas pela assistente social e pela equipe de saúde. No décimo dia após o nascimento, começam as consultas do recém-nascido.

A articulação entre o Hospital e os agentes comunitários de saúde constitui um importante fator de sucesso do Programa. Embora os agentes já visitassem as residências orientando as mães, não havia relação entre essa atividade e as ações realizadas no Hospital. A partir da implantação do Programa, o Hospital Regional de Tamboril tornou-se um centro de referência, em torno do qual se organiza o trabalho dos agentes comunitários de saúde.

Nas visitas mensais às residências, os agentes monitoram o desenvolvimento das crianças, anotando as informações observadas no cartão que as mães recebem logo após o parto. À cada visita domiciliar, o cartão deve ser assinado pelo agente comunitário de saúde. No primeiro mês são necessárias mais visitas (cerca de quatro), até que o bebê aprenda a mamar e a mãe se sinta segura com a amamentação. Em cada visita, o agente verifica as condições de higiene da habitação e da criança, bem como o peso e as medidas do bebê.

O retrato da saúde

As mães que amamentam os filhos até o sexto mês, quando as crianças começam a ingerir outros alimentos, ganham um diploma com a fotografia do bebê e uma camiseta infantil estampada com a logomarca do Programa Bebê Saudável. Dada a miséria em que vive a população, tais prêmios se tornaram grandes incentivos ao aleitamento. As mães guardam o diploma na bolsa e exibem, orgulhosas, seus bebês enfeitados e sorridentes. A importância desse registro pode ser medida pela ausência de fotografias dos filhos mais velhos. “Aqui no Ceará é difícil ter foto de menino pequeno”, costumam dizer as mulheres.

E o que as fotos registram é confirmado pela observação direta. As crianças se movimentam mais e demonstram maior vivacidade mas, ao contrário da idéia antes difundida entre as mulheres, tais características são agora interpretadas como sinal de inteligência. Antes era considerada saudável a “criança boazinha”, que fica quieta no berço ou na rede. Ao incentivar a amamentação, o Programa estimula o contato entre mãe e filho, valoriza o papel da mulher, além de induzir a uma inevitável comparação entre o comportamento dos filhos amamentados no seio e os que foram alimentados com mamadeira. As mães relatam que os bebês amamentados no peito são mais “ativos”, “espertos” e “carinhosos”.

Os números contam outra parte da história: a mortalidade infantil no município caiu para 15,9 por mil. A queda é uma consequência da amamentação, que melhora a qualidade nutricional da alimentação recebida pelas crianças, aumenta a resistência imunológica dos bebês e elimina os riscos da utilização de água contaminada no preparo de mamadeiras. Há também uma sensível diminuição do custo da alimentação do bebê.

Tais benefícios são extremamente importantes, principalmente quando se considera o baixo poder aquisitivo da população (o que dificulta a compra do leite industrializado) e a falta de saneamento básico, características marcantes da região. Deve ser considerada também a dificuldade de mudar hábitos tradicionais firmemente enraizados na falta de informação da população pobre. Para realizar essa mudança, não existe argumento tão eficaz quanto a constatação de que o Programa Bebê Saudável está salvando vidas.

GRÁFICO 1

Em 1997, a taxa de mortalidade infantil no município era uma das mais altas do Ceará (Número de óbitos, em cada 1000 crianças com menos de um ano de vida)

Brasil – 37,39
Região Nordeste – 58,31
Ceará – 56,26
Tamboril – 75

Fontes: Brasil, Região Nordeste e Ceará: Ministério da Saúde
Tamboril: Secretaria Municipal de Saúde

GRÁFICO 2

O município de Tamboril conseguiu uma redução de 78,8% na taxa de mortalidade infantil

(Número de óbitos, em cada 1000 crianças com menos de um ano de vida)

1997 – 75
1999 – 15,9

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

JANELA 1

As crianças se movimentam mais e demonstram maior vivacidade, mas agora tais características são agora interpretadas como sinal de inteligência



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROJETO EDUCAÇÃO TICUNA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Aldeias Ticuna da Região do Alto
Solimões - AM

INSTITUIÇÃO:
Organização Geral dos Professores
Ticuna Bilingües - OGPTB

CONTATO:
Jussara G. Gruber ou
Santo Cruz M. Clemente

ENDEREÇO:
SHIN, Quadra 1 - Conjunto 9 - Casa 3
Brasília - DF
CEP 71505-090
(61) 468-2620

A aldeia que ensina e faz história

PROJETO EDUCAÇÃO TICUNA

A partir da formação de professores, os índios Ticuna resgatam a própria língua e preservam suas tradições

Embora seja um direito básico do cidadão, a escola pública muitas vezes representa, para as populações indígenas, mais um instrumento do processo de dominação cultural a que estão submetidas. Na escola, ao mesmo tempo em que aprende a cultura do homem branco, o índio assiste à perda de suas próprias tradições, ao esquecimento de sua língua e ao gradual desaparecimento de toda a sua cultura. Por isso, uma antiga bandeira de luta dos povos indígenas é o reconhecimento oficial de escolas diferenciadas, que respeitem a diversidade e as tradições nativas dos alunos. Em tais escolas, a educação baseada na cultura

do homem branco não exclui a preservação da cultura indígena, a começar pelo aprendizado da língua materna, que acontece juntamente com o da língua portuguesa.

O Projeto Educação Ticuna visa apoiar o funcionamento de 93 dessas escolas, distribuídas pelas aldeias Ticuna da Região do Alto Solimões, no Estado do Amazonas. O Projeto atua nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá. Trata-se de um conjunto de ações cuja meta principal é a formação de professores Ticuna. Implantado em 1993 pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües (OGPTB), o Projeto encontra-se atualmente na segunda fase, dedicada à formação do magistério para o ensino médio (antigo segundo grau).

A primeira fase, encerrada em 1997, formou 212 professores de ensino fundamental (antigo primeiro grau). Nesta segunda fase, o projeto beneficia diretamente 230 professores, que representam 95% dos professores Ticuna. Indiretamente são beneficiados também 7.500 alunos, ou seja, cerca de 21 % da população Ticuna, estimada em 35 mil pessoas.

O curso transcorre em etapas, cada uma delas com duração média de 35 dias, sendo ministrado durante o período das férias escolares no Centro de Formação de Professores Ticuna, localizado na aldeia Filadélfia, a cerca de 12 quilômetros da sede do município de Benjamin Constant e a aproximadamente 1.100 quilômetros de Manaus. Durante cada etapa, os participantes planejam a etapa subsequente e as outras atividades, como a produção e a distribuição de material didático.



APRENDENDO COM OS MAIS VELHOS

A experiência tem possibilitado o reconhecimento da educação diferenciada nas escolas da Região do Alto Solimões e a consolidação de um novo modelo de ensino. Um sinal expressivo desse reconhecimento é a contratação, pelas prefeituras locais e pela Fundação Nacional do Índio (Funai), de 70% dos professores que passaram pelo curso de formação. O curso transformou-se, assim, num pré-requisito importante para a obtenção de uma vaga no magistério público da região, atraindo para o Projeto inclusive professores não-indígenas.

Entre os alunos, o Projeto Educação Ticuna tem se refletido no aumento do interesse pelas aulas. Eles passaram a se comunicar mais com os professores que, graças aos planos de aulas preparados durante os cursos de formação, incluem no currículo assuntos diretamente relacionados ao povo Ticuna. Quando estudam geografia, por exemplo, os alunos aprendem a localização dos limites de terras.

O uso da língua original durante as aulas também contribui, e muito, para a preservação e a valorização da cultura tradicional. Tal aspecto foi reforçado depois que os professores começaram a convidar os índios idosos para contar aos alunos lendas, mitos e fatos que compõem o universo Ticuna.

A estratégia serviu não só para resgatar palavras e significados que estavam se perdendo, como também para despertar o interesse dos mais jovens sobre a história de seu próprio povo. Tornou-se possível, dessa forma, registrar centenas de palavras, que poderão levar à produção de dicionários e gramáticas. O registro das narrações feitas pelos idosos também pode dar origem à publicação de obras de apoio didático e intensificar o uso da língua Ticuna na forma escrita.

Hoje, a produção de cartilhas, cartazes e outros materiais na língua Ticuna já constitui um importante apoio nas aulas sobre meio ambiente e saúde e em aulas sobre as terras indígenas. Extrapolando as salas de aula, o material assim produzido tem se revelado também como um modo eficaz de obter o envolvimento das comunidades com o Projeto e de aproximar ainda mais as escolas e a população das aldeias. As ações de conscientização sobre doenças sexualmente transmissíveis e os debates sobre questões ambientais, políticas públicas e direitos indígenas, realizados no âmbito do Projeto, colaboram para facilitar a compreensão das comunidades a respeito da cidadania.

Com isso, a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilín-

— ■ —

Uma antiga bandeira de luta dos povos indígenas é o reconhecimento oficial de escolas diferenciadas, que respeitem a diversidade e as tradições nativas dos alunos

— ■ —

gües, tornou-se um elemento aglutinador das comunidades e de defesa dos seus interesses diante de outros atores sociais (órgãos públicos, igrejas, organizações não-governamentais, etc.).

AS VÁRIAS FONTES DE RECURSOS

Além da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues - OGPTB, idealizadora e executora do Projeto, muitas outras contribuem para o financiamento da iniciativa, que tem um custo anual de aproximadamente R\$ 350 mil.

A Organização responde por 8% desse valor, com os recursos obtidos por meio da venda de artesanato, cartões, cartazes e livros. Cerca de 42% da verba para o funcionamento do Projeto provém de um conjunto de instituições formado pelo Programa

O uso da língua original durante as aulas também contribui, e muito, para a preservação e a valorização da cultura tradicional

Regional de Apoio aos Povos Indígenas da Bacia do Amazonas (PRAIA), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, pela Corporação Andina de Fomento (CAF), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, finalmente, pelo Fundo Francês. O Ministério da Educação contribui com

28%, pagando as passagens e a remuneração dos consultores que ministram aulas no curso de formação. A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança colabora com outros 15%, a Funai com 5% e a Rainforest Foundation, sediada na Áustria, com 2%.

A soma dos esforços de tais instituições e, principalmente, a liderança exercida pela Organização dos Professores, estão contribuindo para recuperar não só as tradições, como também a unidade interna do povo Ticuna. Com o Projeto Educação Ticuna, esse povo – fragilizado pela influência de governos, missionários religiosos e organizações não-governamentais – há sete anos passou a escrever sua própria história.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROGRAMA DE INCLUSÃO CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL: MÚLTIPLAS LEITURAS NO OLHAR DA DIFERENÇA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Diadema, SP

INSTITUIÇÃO:
Centro de Atenção à Inclusão Social - CAIS

CONTATO:
Francisca Edna da Silva Maia

ENDEREÇO:
Rua São Luiz, 81
Diadema - SP
CEP 09911-320
(11) 4051-1307
www.diadema.sp.gov.br

A escola da igualdade

PROGRAMA DE INCLUSÃO – CAMINHOS PARA A INCLUSÃO
SOCIAL: MÚLTIPLAS LEITURAS NO OLHAR DA DIFERENÇA

Em Diadema (SP), a prefeitura prepara as escolas para receber alunos portadores de necessidades especiais e desenvolve uma política voltada à inclusão social

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação assegura aos portadores de necessidades especiais (portadores de deficiências) o direito a freqüentar a escola pública mais próxima de sua casa, juntamente com as demais crianças e adolescentes. Os professores devem ser preparados para trabalhar com esses alunos sem precisar separá-los do restante da classe. Na prática, porém, os governos dão pouca atenção ao assunto e dificilmente se encontra uma escola pública preparada para receber alunos com necessidades especiais.

Em Diadema, município da região do Grande ABC, em São Paulo, a prefeitura está levando esta questão a sério. Com o Programa de Inclusão, a prefeitura tem conseguido manter na escola os alunos portadores de necessidades especiais, proporcionando-lhes o

—■—
Fora dos limites da sala de aula, o trabalho do Centro de Atenção busca integrar o portador de necessidades especiais ao mercado de trabalho e à sociedade de uma forma geral
—■—

desenvolvimento de suas habilidades, o resgate de sua auto-estima e a conquista de uma maior independência. O Programa também tem conscientizado a comunidade quanto ao reconhecimento dos direitos desse segmento da população.

Coordenada pelo Centro de Atenção à Inclusão Social, órgão vinculado ao Departamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer, a experiência faz parte de uma política municipal mais ampla, voltada à inclusão social. Essa política abrange programas de liberdade assistida para adolescentes autores de atos infracionais, bem como iniciativas dirigidas à população que sobrevive do lixão municipal, à população de terceira idade, aos portadores de deficiência, entre outros.

CIDADANIA DENTRO E FORA DA ESCOLA

No caso da educação para os portadores de deficiência, o município criou um grupo de professores itinerantes, que são pedagogos habilitados a lidar com as necessidades de tais alunos. Assim, o aluno tem o direito de se matricular na escola mais próxima de sua casa. Se a escola julgar necessário, pode solicitar a presença do professor itinerante, que atua periodicamente junto ao professor regular. Quando não estão freqüentando as aulas, os alunos também podem utilizar as salas de recursos ou de apoio pedagógico, localizadas no Centro de Atenção à Inclusão Social.

Além das atividades desenvolvidas diretamente junto aos alunos, os professores itinerantes ainda prestam orientações aos professores, diretores e funcionários das escolas públicas e particulares, bem como aos pais dos alunos. Trabalhando com os professores regulares, eles se encarregam também de adaptar o currículo para os portadores de necessidades especiais.

O objetivo do Centro de Atenção à Inclusão Social, no entanto, é tornar os professores regulares independentes dos professores itinerantes. Pretende-se capacitá-los a trabalhar de forma cada vez mais autônoma com os alunos que têm necessidades especiais. Por isso, além da orientação prestada pelos professores itinerantes, realizam-se cursos de formação para todos os professores das redes municipal e estadual de ensino de Diadema. A maior parte dos professores municipais faz ou já fez algum curso oferecido pelo centro.



ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Fora dos limites da sala de aula, o trabalho do Centro de Atenção busca integrar o portador de necessidades especiais ao mercado de trabalho e à sociedade de uma forma geral. Com esse propósito, desenvolve-se um curso profissionalizante (por meio de parceria com uma ONG do município – Espaço Solidário – que conta com recursos do Programa Comunidade Solidária) e um curso de dança. Os alunos com dificuldades de locomoção contam ainda com transporte especial adaptado para atender suas necessidades e os demais alunos ganham passes de ônibus para o deslocamento até o Centro de Atenção à Inclusão Social.

Os usuários do Centro também têm acesso a um conjunto de serviços especializados na área de saúde. Tais serviços incluem atendimento odontológico; atendimento nas unidades básicas de saúde por equipes compostas de fonoaudiólogo, psicólogo e assistente social e atendimento ao público infantil oferecido pelos psiquiatras do Núcleo de Especialidade, que recebe crianças de 0 a 13 anos. Já os portadores de necessidades especiais que têm mais de 14 anos são atendidos no Centro de Atendimento Psicossocial, criado em parceria com a Secretaria de Saúde do município.

A prefeitura de Diadema também providencia o transporte dos

alunos para a cidade de São Paulo, onde se localiza a piscina aquecida em que se desenvolvem atividades de aquaterapia. No futuro, essas atividades serão realizadas no próprio município, após a ampliação do Centro de Atenção à Inclusão Social, já prevista pela prefeitura. Hoje o Centro atende 560 portadores de necessidades especiais, entre crianças, jovens e adultos, todos inseridos nas escolas regulares.

MUDANÇA DE POSTURA

A prefeitura de Diadema gasta cerca de R\$ 2 milhões por ano para a realização do trabalho de inclusão dos portadores de deficiência (necessidades especiais), que envolve a participação de vários órgãos, como a Universidade de São Paulo, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Diadema (que prestam assessoria ao Programa), o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, a Secretaria Municipal de Saúde etc.

Diretores de escola, professores, alunos e os próprios pais dos portadores de necessidades especiais estão deixando de lado antigos preconceitos

ria ao Programa), o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, a Secretaria Municipal de Saúde etc.

O empenho de tais órgãos e do governo municipal se reflete não apenas na inclusão social dos alunos e em sua inserção na escola regular, como também na consciência que estes passam a ter sobre seus direitos e na

nova postura que, aos poucos, toda a sociedade assume em relação aos portadores de necessidades especiais.

Diretores de escola, professores, alunos e os próprios pais dos portadores de necessidades especiais estão deixando de lado antigos preconceitos. Ao proporcionar uma educação inclusiva, Diadema contribui para o reconhecimento de que todos têm direito ao exercício da cidadania.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



ESCOLA DE PESCA DE PIÚMA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Municípios de Piúma, Guarapari,
Anchieta e Itapemirim

INSTITUIÇÃO:
Escola de Pesca de Piúma

CONTATO:
Nelson Xavier e Silva

ENDEREÇO:
Av. Rio/Mar, s/nº
Piúma – ES
CEP 29285-000
(27) 520-1671

Ensinando a pescar e a vender o peixe

ESCOLA DE PESCA DE PIÚMA

No Espírito Santo, essa Escola impede o desaparecimento de um conhecimento tradicional e profissionaliza seus alunos nas diversas atividades do setor pesqueiro

Como na maior parte do país, a pesca no Espírito Santo é artesanal e gera uma série de atividades complementares, como a fabricação de redes e tarrafas, a construção e reforma de embarcações, a produção de gelo e o fornecimento de alimentação para as tripulações. O processamento industrial do pescado também movimentava a economia de muitos municípios da região durante todo o ano.

Em meados de 1986, a Secretaria de Educação do Espírito Santo constatou a inexistência de cursos profissionalizantes que levassem em conta as características econômicas das diversas regiões do Estado, como

a região pesqueira na qual se localizam os municípios de Piúma, Guarapari, Anchieta e Itapemirim. Percebeu também que, embora a pesca fosse uma alternativa de renda para grande número de famílias do litoral capixaba, os filhos dos pescadores não continuavam o exercício da atividade, muito pouco valorizada socialmente.

Um outro problema era que mesmo as crianças e adolescentes interessados em atuar no setor pesqueiro não tinham meios de se capacitarem profissionalmente. A capacitação profissional, realizada tradicionalmente de pai para filho, foi dificultada pela legislação, que busca proteger os pescadores e evitar o trabalho infantil. Para trabalhar em navio pesqueiro é preciso ter licença da Marinha, concedida apenas a quem tem mais de 18 anos. O custo das viagens, por sua vez, impossibilita que se levem aprendizes. Assim, uma legislação concebida como forma de proteção às crianças da comunidade ligada à pesca artesanal corria o risco de inviabilizar a continuidade desta atividade no litoral do Espírito Santo.

UMA ESCOLA DIFERENTE

Ao colocar em funcionamento a Escola de Pesca de Piúma, em 1987, a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo tinha por objetivo oferecer aos filhos de pescadores a oportunidade de se qualificarem para a atividade pesqueira, profissionalizando-os em diversas etapas da cadeia produtiva e aumentando suas oportunidades no mercado de trabalho local. Ao mesmo tempo, pretendia-se ampliar a rede de ensino fundamental da região (que, na época, atingia pouco mais de 30% das crianças e adolescentes em idade escolar).

A Escola de Pesca visava também colaborar na preservação de ecossistemas marinhos, desenvolver projetos de educação ambiental, incentivar o cooperativismo e criar fontes alternativas de renda (como a maricultura, criação de mariscos).

Foi escolhido o município de Piúma por ser uma das colônias de pescadores que continuava registrando aumento do número de famílias dedicadas à atividade pesqueira e por ter uma localização central em relação ao conjunto de municípios nos quais se exercia essa atividade no litoral sul do Espírito Santo.

Atualmente, a Escola de Pesca funciona em tempo integral, das 7:30 às 15:30, com 100 alunos, provenientes dos municípios de Piúma, Guarapari, Anchieta e Itapemirim. Além de contar com os recursos de uma escola comum, a Escola de Pesca tem salas-ambiente para conserva de pescado e fabricação de gelo, sala de carpintaria, de produção de

redes e afins, bem como um galpão para manutenção de motores, possuindo ainda dois barcos. Cada série de ensino é responsável pela manutenção de um aquário, que tem função didática. Há também

uma pequena loja de artesanato sob responsabilidade dos alunos.

Todas as matérias buscam associar o conhecimento teórico ao conhecimento prático que os alunos adquirem no contato com os pescadores

As matérias do núcleo comum são complementadas por matérias relacionadas ao setor pesqueiro. Os alunos aprendem, por exemplo, Arte de Pesca (fabricação e conserto de redes, uso de iscas e anzóis e reconhecimento das diversas espécies de peixes e de outros viventes

dos mares) Tecnologia do Pescado (conservação e comercialização, produção de derivados, etc.), Construção Naval, Técnicas de Captura e Técnicas de Navegação.

TEORIA E PRÁTICA

As aulas de Educação Ambiental incluem um projeto de maricultura (criação de mexilhão, ostra e coquili) aberto à participação da comunidade. Dessa matéria ainda faz parte o plantio de mudas de espécies nativas em quatro ilhas tombadas pelo Conselho Estadual de Cultura e que são gerenciadas pela Escola de Pesca. Todas as matérias buscam associar o conhecimento teórico ao conhecimento prático que os alunos adquirem no contato com os pescadores.

São oferecidos também cursos à comunidade, como processamento do pescado, uso de novas tecnologias, artesanato, meio ambiente, construção civil e computação. Para a realização desses cursos, a Escola estabelece alguns convênios (Ibama, Sebrae, Emater, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Ministério do Meio Ambiente). Em parceria com a Capitania dos Portos, realizam-se cursos de aperfeiçoamento para os pescadores: Motorista de Pesca, Marinheiro de Convés, Patrão de Pesca (ou Mestre de Barcos) Costeiro, Patrão de Pesca Regional e Condutor Motorista. Convênios com universidades possibilitam que a Escola de Pesca coloque sua infra-estrutura à disposição de pesquisadores.

Os gastos gerais da Escola são de aproximadamente R\$ 120 mil reais ao ano. Desse total, 90% são custeados pela Secretaria de Educação do Governo do Estado. Os 10% restantes são provenientes da venda de gelo, pescado e artesanato.

Ao oferecer formação básica nas diversas especialidades do setor pesqueiro, a Escola de Pesca favorece o incremento de renda dos pescadores. A fim de se compreender esse aspecto, é preciso levar em conta as condições de trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais.

OLHOS NO HORIZONTE


Uma das grandes dificuldades que os pescadores enfrentam é a existência de intermediários (os donos do barco, os donos da fábrica de gelo, os vendedores de insumos, os estaleiros para manutenção das embarcações e os intermediários da comercialização), que praticamente definem

Ao oferecer a formação básica nas diversas especialidades do setor pesqueiro, a Escola de Pesca favorece o incremento de renda dos pescadores

o preço a ser pago pelo produto trazido do mar. Os rendimentos de um pescador podem crescer caso ele se especialize em alguma função ou compre um barco, o que é bastante difícil.

Nestes 13 anos de funcionamento, passaram pela Escola 1144 alunos, alguns dos quais são os mais novos mestres de barco da região. Outros estão nas atividades relacionadas à pesca, atuando

no comércio de pescado ou trabalhando em Estaleiros. Outros, ainda, estão envolvidos em projetos de maricultura, trabalham no turismo, ou exercem o magistério. Alguns, poucos, são oficiais da Marinha.

Mesmo os alunos que não seguiram na atividade pesqueira acreditam que foi importante o período que passaram na Escola de Pesca. Provenientes de famílias de pescadores, eles dificilmente teriam conseguido apoio da família para estudar não fosse em uma Escola de Pesca. Respeitando a dinâmica da comunidade e a cultura local, a Escola conecta o ensino formal à vida cotidiana. Ensina o aluno a orientar-se por satélites, sem tirar os olhos do horizonte. 



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



**PROJETO ESCOLAS
RURAIS CONSTRUINDO
O DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Vicência

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Educação

CONTATO:
Ilza André Vicente

ENDEREÇO:
Rua Oliveira Estelita
Vicência – PE
CEP 55850-000
(81) 641-1280

O município que virou sala de aula

PROJETO ESCOLAS RURAIS CONSTRUINDO
O DESENVOLVIMENTO LOCAL – VICÊNCIA (PE)

Em Vicência (PE), a comunidade se mobiliza em torno da educação e as escolas ajudam a planejar o desenvolvimento local

Quando técnicos do Banco do Nordeste visitaram o município pernambucano de Vicência, em 1998, interessados em implantar um programa de apoio ao desenvolvimento local, encontraram um cenário desanimador. Situada na Zona da Mata, a 87 quilômetros de Recife, Vicência assistia à decadência de sua principal atividade econômica: a monocultura da cana-de-açúcar. A crise levou ao desemprego de quatro mil trabalhadores rurais e agravou um quadro caracterizado pela degradação do meio ambiente e do patrimônio histórico, pelo descrédito da ação do Es-

tado e pela fragilidade da organização social. Havia também o problema do trabalho infantil na lavoura canavieira, que causava evasão escolar e repetência. A desmotivação dos professores, o isolamento e a falta de recursos faziam das escolas rurais uma das faces mais dramáticas da miséria.

Elas passaram a se constituir, no entanto, em um dos pontos de partida para a transformação de Vicência. Com a implementação do Projeto Escolas Rurais Construindo o Desenvolvimento Local, os alunos das escolas de Vicência começaram a estudar a própria região onde moram, investigando as necessidades de sua comunidade e contribuindo para planejar o desenvolvimento do município. As atividades deste projeto dividem-se em quatro partes (pesquisa, desdobramento, devolução à comunidade e avaliação), que se realizam de forma simultânea e se baseiam nas chamadas “Fichas Pedagógicas”, ligadas a um determinado tema. As primeiras Fichas Pedagógicas adotaram como tema a realização dos Censos Agropecuário, Ambiental e Populacional.

Os próprios alunos fazem os Censos e, a partir das informações coletadas, iniciam um questionamento sobre a realidade em que vivem. Dessa forma, eles acabam levando para casa novas preocupações com a renda, o trabalho, a gestão da família e a ocupação da terra. O conhecimento se constrói quando os estudantes procuram respostas para perguntas como: “Na minha família, alguém está pensando em plantar no próximo inverno? Quem já tem terra para plantar? A terra já está preparada? Qual o seu tamanho? O que será plantado?”



A HORTA É UMA CARTILHA

As respostas para tais perguntas induzem à transformação de uma realidade na qual as famílias não tinham o hábito de preparar o plantio de inverno. Trabalhando durante a maior parte do tempo nas terras pertencentes aos engenhos ou às usinas, a maioria dos agricultores de Vicência nunca tivera a oportunidade de decidir o que, como ou onde plantar. Sujeitavam-se, por isso, ao desemprego nos períodos de entressafra da cana. Hoje em dia, porém, quem comprava milho apenas para se alimentar, passou a comprá-lo para plantar, e algumas famílias iniciaram criação de animais.

Nas escolas, hortas cultivadas pelos alunos são também uma fonte

de conhecimento e um espaço de participação. Nelas se aprende a matemática do plantio e das colheitas, a biologia das plantas e do solo, o valor nutritivo dos alimentos, etc. O cultivo da horta ensina ainda a dividir tarefas, organizar responsabilidades e participar ativamente de um processo de planejamento e de orçamento. O destino do dinheiro arrecadado com a venda da produção excedente resulta de uma decisão coletiva.

Depois de conhecer os resultados dos Censos, a população discute as possibilidades de desenvolvimento do município e apresenta suas reivindicações à prefeitura em espaços instituídos para esta finalidade (Conferência Municipal de Educação, Conselhos etc.). Nesse momento, todas as secretarias municipais se engajam no processo.



O INÍCIO DA DECOLAGEM

Vicência começou a colocar a educação no centro de sua política de desenvolvimento quando, a partir de um trabalho do Banco do Nordeste, a prefeitura criou o Programa “Voando com Vicência”. A iniciativa visa retomar o crescimento econômico em bases sustentáveis, aproveitando, inclusive, o potencial turístico do município. A Secretaria Municipal de Educação participou da construção do Programa, dando um passo importante para a integração das escolas à retomada do desenvolvimento.

Outro passo foi a inclusão do município no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do governo federal. Por intermédio desse Programa, a Secretaria Municipal de Assistência Social recebe do Ministério da Previdência uma verba para o pagamento de bolsas às famílias que mantêm os filhos na escola. O município recebe ainda recursos que lhe permitem oferecer aos alunos atividades fora do horário de aulas, numa jornada de oito horas por dia: reforço escolar, esportes e atividades culturais e de lazer.

Por fim, a Secretaria de Educação decidiu implementar a Proposta de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, criada e disseminada pela organização não-governamental Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). A idéia é utilizar o conhecimento sobre a realidade local para transformá-la, apoiando-se nos recursos da própria comunidade. Estava preparado assim o terreno para o lançamento do Projeto *Escolas Rurais Construindo o Desenvolvimento Local*.

O PROJETO CHEGA À ZONA URBANA

Trabalhando de forma integrada, as Secretarias de Educação e de Assistência Social realizaram encontros com as mães dos alunos atendidos pelo PETI. As mães receberam esclarecimentos sobre os objetivos do Projeto, as atividades escolares, a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos e a necessidade de cooperar com a escola. Para os professores, realizaram-se oficinas de capacitação, em parceria com o Serviço de Tecnologia Alternativa.

O impacto da experiência também pode ser notado na organização das comunidades rurais, que propiciou o surgimento de Conselhos Escolares e associações comunitárias

Em 1999, quando Vicência realizou a II Conferência Municipal de Educação, o Projeto *Escolas Rurais Construindo o Desenvolvimento Local* apresentava resultados tão animadores que as escolas urbanas mobilizaram-se para desenvolver, em sua região, uma iniciativa semelhante: os Censos Populacional, Econômico e Habitacional.

O Projeto contribuiu para diminuir a repetência e a evasão escolar, bem como para aumentar o número de matrículas. O impacto da experiência também pode ser notado na organização das comunidades rurais, que propiciou o surgimento de Conselhos Escolares e de diversas associações comunitárias. Outra conquista importante é a reaproximação entre a escola e a comunidade, fazendo com que estudar em Vicência signifique planejar o desenvolvimento do município.





Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROGRAMA MORADIA DIGNA E SEGURA EM TERESINA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Teresina, PI

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Habitação e Urbanismo
do Município de Teresina

CONTATO:
Kleber Montezuma Fagundes dos Santos

ENDEREÇO:
Rua Álvaro Mendes, 861, 2º andar
Teresina, PI
CEP 64000-060
(86) 221-9250

Muito mais que a casa

PROGRAMA MORADIA DIGNA E SEGURA EM TERESINA

A capital do Piauí beneficia milhares de famílias com uma política habitacional abrangente, integrada e participativa

Em Teresina, capital do Piauí, o crescimento da economia e do mercado de trabalho não acompanhou o processo de urbanização, que foi acelerado pelo fluxo migratório. De aproximadamente 90 mil habitantes na década de 50, a cidade passou a ter uma população de mais de 750 mil pessoas em 1997, segundo a estimativa feita na época pelo Plano Municipal de Habitação.

O primeiro Censo das Vilas e Favelas, realizado pela prefeitura em 1993, revelou que em Teresina existiam 141 favelas ou ocupações irregulares, também chamadas de “vilas”. Nesses locais, a situação de extrema pobreza se evidenciava não só nas precárias condições de moradia, como também no nível de renda da população. Mais de 60% das famílias sobreviviam com até um salário mínimo

mensal, desenvolvendo atividades domésticas e biscates.

O Censo das Vilas e Favelas representou o ponto de partida para uma política habitacional implantada pelo município, atualmente denominada Programa Moradia Digna e Segura em Teresina. O Programa compreende cinco projetos interligados, um dos quais é o próprio Censo. Após o levantamento realizado em 1993, a prefeitura fez outros dois, em 1996 e em 1999. O Censo cadastra as famílias e traça um perfil da realidade socioeconômica das vilas e favelas, com o objetivo de subsidiar o planejamento das ações a serem implementadas.

Essas ações incluem a desapropriação e a regularização dos terrenos ocupados ilegalmente (Projeto Morar Legal), a concessão de lotes de terra a famílias de baixa renda (Projeto Lotes Urbanizados), a construção de moradias em regime de mutirão (Projeto Minha Casa) e a substituição das casas de taipa pelas de alvenaria (Projeto Casa Melhor).

—■—

A atuação integrada das diversas secretarias e órgãos municipais propiciou maior eficácia na fixação das famílias transferidas

—■—

Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, o Programa Moradia Digna e Segura em Teresina faz parte de uma iniciativa mais abrangente, o Projeto Vila-Bairro, que articula e coordena a execução integrada de projetos das diversas áreas de atuação da prefeitura de Teresina. O objetivo é

dotar as vilas e favelas de um padrão mínimo de urbanização e direcioná-las para o desenvolvimento socioeconômico. O Vila-Bairro articula ações nas áreas de saúde, educação, criança e adolescente, esporte e lazer, meio ambiente, saneamento básico, urbanização, moradia, transporte coletivo, emprego e renda.

—■—■—

MORADORES SATISFEITOS

Entre outros benefícios, a atuação integrada das diversas secretarias e órgãos municipais propiciou maior eficácia na fixação das famílias transferidas, que muitas vezes enfrentam problemas de adaptação, mesmo quando melhoram suas condições de moradia saindo de áreas de risco para bairros urbanizados.

Mudar de endereço freqüentemente significa também quebrar antigas relações sociais, romper laços culturais e destruir redes de proteção e estratégias de sobrevivência. Tais problemas somam-se às dificuldades decorrentes da reunião, em uma mesma área, de pessoas oriundas de diferentes pontos da cidade, com sua diversidade de hábitos e de valores culturais. A articulação das ações promovida pelo Projeto Vila-Bairro contribuiu para facilitar essa transição e para o estabelecimento de novas relações sociais.

Uma equipe de técnicos do Programa Moradia Digna e Segura de Teresina mobiliza permanentemente as comunidades, estimulando sua organização. São feitas reuniões, palestras e trabalhos educativos, sempre com o objetivo de superar a quebra dos antigos vínculos. Graças em grande parte a esse trabalho, 85% a 90% da população residente nos novos núcleos habitacionais se declara satisfeita com a mudança, segundo o último levantamento realizado pela prefeitura.

Mas há outros motivos para a aprovação dos moradores: os bairros contam com praças, escolas, creches, postos de saúde, centros de produção, quadras esportivas, horta comunitária, agente comunitário de saúde e médico de família. Em muitas deles existem também associações comunitárias, clubes de mães, grupos de mulheres, etc., que desenvolvem projetos para a comunidade em parceria com a prefeitura.

Os lotes de terra oferecidos às famílias de baixa renda por meio do Projeto Lotes Urbanizados dispõem de infra-estrutura básica, arruamento, rede de abastecimento de água e energia elétrica. Alguns desses lotes se destinam às famílias atendidas pelo Projeto Minha Casa, que recebem também uma cesta de material de construção e o projeto da casa. A prefeitura cobra dos beneficiados apenas um terço do valor investido e tanto os contratos quanto os títulos de propriedade são emitidos em nome das mulheres.

Com o material recebido e o projeto, as próprias famílias constroem suas casas, contando também com assessoria técnica fornecida pela pre-

A participação popular caracteriza o Programa, a ponto de as recomendações técnicas serem avaliadas de acordo com as reivindicações da comunidade beneficiada

feitura. Elas participam de todo o processo de formação dos grupos de mutirão e de escolha das áreas, além de fazerem o controle da qualidade e da quantidade do material adquirido pelo órgão municipal.

A participação popular, aliás, caracteriza o Programa, a ponto de as recomendações técnicas serem reavaliadas de acordo com as reivindicações da comunidade beneficiada. A população participa também por intermédio do Orçamento Popular (orçamento participativo, implantado em 97) que possibilita às comunidades colaborarem no planejamento das áreas de intervenção, assim como na aplicação dos recursos.

RECONQUISTANDO A DIGNIDADE

A atual gestão municipal criou ainda outros dois mecanismos específicos que garantem o planejamento, a participação popular e a sustentabilidade do Programa: o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação. O Conselho é formado por representantes do poder público municipal e da sociedade civil, com a finalidade de ajudar na elaboração e na implementação

Desde 1993, já foram investidos R\$ 23,8 milhões, beneficiando mais de 32 mil famílias

dos programas de habitação e urbanismo, participando também da gestão do Fundo, juntamente com a Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo.

O Fundo Municipal de Habitação é constituído por dotações orçamentárias do município; pelo pagamento dos financiamentos habitacionais; por doações, auxílios e contribuições de terceiros e por recursos dos governos estadual e federal, bem como de outros órgãos públicos e de organismos internacionais de cooperação.

No orçamento de 2000, a prefeitura de Teresina reservou quase R\$ 7 milhões (2,45% do orçamento total) para a Secretaria Municipal de Habitação aplicar no Programa. Desde 1993, já foram investidos R\$ 23,8 milhões, dos quais R\$ 5,8 milhões decorrem de convênios ou contratos de financiamento com o governo federal. Com esses recursos, a capital do Piauí beneficiou mais de 32 mil famílias.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROGRAMA DE ATENDIMENTO À MULHER

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Camaragibe, PE

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Ação Social de Camaragibe

CONTATO:
Suely de Oliveira

ENDEREÇO:
Rua Damião Pedro da Cruz, 28
Camaragibe, PE
CEP 54768-000
(81) 458-2974

Atenção municipal a mulheres

PROGRAMA DE ATENDIMENTO À MULHER

Ao criar uma política para o público feminino, a prefeitura de Camaragibe contribui para diminuir a injustiça e a violência no relacionamento entre os sexos

Em 1995, assumiu a prefeitura de Camaragibe, na região metropolitana de Recife, o secretário de saúde da gestão anterior. O prefeito eleito comprometeu-se a instaurar mecanismos de descentralização e participação (*ver o artigo “Onde todos governam”, sobre o Programa Administração Participativa*) e a enfrentar as questões sociais do município.

Como parte desta segunda preocupação, o Programa de Atendimento à Mulher, idealizado durante a campanha eleitoral, objetiva enfrentar desigualdades de gênero e discriminações contra mulheres por meio da instituição de uma política pública municipal para a população feminina. Para isso, o Programa prevê a oferta de servi-

ços médicos, jurídicos, psicológicos, sociais e educativos para as mulheres. Também propõe a realização de eventos para informar e sensibilizar a comunidade local, como a campanha *Violência Contra a Mulher: Sem Medo de Meter a Colher*.

O Programa destina-se a todas as mulheres de Camaragibe, enfatizando as que estão em situação de risco social ou inseridas em relações violentas. Cabe à Secretaria de Ação Social coordenar as ações que fazem parte do Programa, mas os serviços oferecidos são de responsabilidade de diversas secretarias municipais. A Secretaria de Planejamento, por exemplo, abriu canais de discussão para definir serviços que propiciem condições melhores e mais seguras às mulheres de Camaragibe, como a instalação de iluminação pública e a limpeza dos terrenos baldios.

— ■ —

O Programa objetiva enfrentar desigualdades de gênero e discriminações contra as mulheres, enfatizando as que se encontram em situação de risco

— ■ —

Além de coordenar as ações do Programa de Atendimento à Mulher, a Secretaria de Ação Social também se encarregou de divulgá-lo, bem como de prestar atendimento individual e em grupo às mulheres, encaminhando-as, quando necessário, aos demais serviços da prefeitura. A Secretaria realiza oficinas para a população

em geral e para os servidores da prefeitura. Nessas oficinas, discutem-se questões que dizem respeito às relações de gênero, tais como: gênero e políticas públicas, direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, raça e etnia, Aids, entre outros.

PREPARANDO OS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Nos anos de 1997 e 1998, buscou-se principalmente divulgar a existência do Programa, sensibilizar a população para a problemática feminina, informar sobre os direitos das mulheres e sobre as possibilidades de atendimento e de ação disponíveis. Com esse objetivo, realizaram-se passeatas, seminários, oficinas, apresentações culturais, exposições, mostras de vídeo e distribuição de materiais informativos.

Em 1999, os delegados presentes à II Conferência Municipal de Assistência Social deliberaram sobre a necessidade de fortalecer e dar maior visibilidade ao Programa, bem como de priorizar as mulheres vítimas de violência doméstica e sexista. A campanha *Violência Contra a Mulher: Sem Medo de Meter a Colher*, lançada em março de 2000, visa atender a essas deliberações. Ancorada em uma cartilha informativa confeccionada pela Secretaria, a campanha tem o cronograma de suas ações definido por um fórum executor, integrado por representantes dos órgãos públicos parceiros do Programa.

A cartilha inclui discussões sobre a problemática da violência contra a mulher e informações úteis às mulheres vítimas de violência. A fim de disseminar as informações contidas na cartilha, realizam-se reuniões de capacitação com grupos de potenciais multiplicadores da comunidade e do governo: educadoras, lideranças comunitárias, agentes comunitárias de saúde e outros servidores municipais. Atualmente, a campanha *Violência Contra a Mulher: Sem Medo de Meter a Colher* consiste na principal atividade do Programa de Atendimento à Mulher.

O bom funcionamento do Programa se deve, em grande parte, à estratégia de priorizar a sensibilização e capacitação dos servidores municipais

PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

O bom funcionamento do Programa se deve, em grande parte, à estratégia de priorizar a sensibilização e capacitação dos servidores municipais que atuam diretamente com as mulheres. Desse modo, tem se ampliado o quadro de recursos humanos com capacidade de divulgar informações, prestar atendimentos e encaminhar as usuárias para os serviços existentes.

A I Conferência Municipal da Mulher de Camaragibe, realizada em junho de 2000, representou a criação de um fórum específico para discussão de problemas relativos às mulheres, possibilitando a formulação de uma política pública para a mulher no município e conferindo maior visibilidade ao Programa.

Essa Conferência, assim como a Conferência Municipal de Assistência Social e os conselhos setoriais (de Educação, de Saúde, etc.) têm se mostrado fundamentais para difundir as discussões sobre gênero entre a população, assim como para fomentar a participação popular, a comunicação inter-setorial e o controle social sobre as ações do Programa.

PARCERIAS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO

A prefeitura de Camaragibe prevê, para o ano 2000, gastos totais de R\$ 76.600,00 com o Programa de Atendimento à Mulher. Os recursos são do próprio município e representam 0,076% do orçamento da prefeitura, ou 15% do orçamento da Secretaria de Assistência Social.

Além desses recursos, a iniciativa conta com a mobilização do esforço de várias entidades governamentais e não governamentais. No primeiro caso, incluem-se, na esfera municipal, as secretarias de Saúde, de Administração, de Educação e de Planejamento. Participam também a Fundação de Cultura, Turismo e Esporte, o Gabinete da Vice-Prefeita, a Vara da Infância e Juventude, a Câmara de Vereadores e a Procuradoria Geral do Município. A Universidade Federal de Pernambuco colabora com o Programa por intermédio do laboratório de prática do Departamento de Psicologia.

Dentre as entidades não governamentais parceiras estão os conselhos setoriais de segurança pública, saúde, criança e adolescen-

te e assistência social, a Cruzada de Ação Comunitária de Camaragibe e quatro associações de moradores de alguns bairros da cidade. O Programa recebe ainda o apoio de organizações localizadas fora do município: Fórum de Mulheres de Pernambuco, Disk Violência, Justiça Seja Feita, Centro das Mulheres do Cabo, SOS Corpo, GESTOS - Soropositividade, e Comunicação e Gênero.

Atuando com o apoio de tais instituições, o Programa contribui para colocar o município de Camaragibe na vanguarda das políticas públicas voltadas ao público feminino e à inclusão social. Afinal, a equidade no relacionamento entre homens e mulheres faz parte de uma sociedade mais justa.

A iniciativa conta com a mobilização do esforço de várias entidades governamentais e não governamentais



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



CENTRO PRÓ-VIDA “A CHAVE DO TAMANHO”

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Estado de Minas Gerais

INSTITUIÇÃO:
Centro Pró-Vida Paulo Campos Guimarães

CONTATO:
Lea Lúcia de Lacerda – Diretora

ENDEREÇO:
Praça Modestino Sales Barbosa, 11
Belo Horizonte - MG
CEP 30624-010
(31) 383-0123

Uma chave para a inclusão

PROJETO PRÓ-VIDA “A CHAVE DO TAMANHO”

Antiga unidade da Febem em Belo Horizonte transforma-se em centro de referência para o atendimento de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais

Com a extinção da FEBEM de Minas Gerais e a existência de um espaço disponível – antes ocupado pela unidade Paulo Campos Guimarães – a cidade de Belo Horizonte deu início a uma ação “revolucionária” no atendimento de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais (portadores de deficiências). O Projeto Pró-Vida “A Chave do Tamanho” transformou a unidade, que acolhia jovens abandonados pela família, num centro de referência para o atendimento a esses jovens. No mesmo espaço, o Projeto recebe também crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social.

Rebatizada com o nome de Centro Pró-Vida Paulo Campos Guimarães, a unidade hoje abriga oficinas semiprofissionalizantes (encadernação, papel reciclado, tecelagem, pintura em parede e em tecidos, confecção de lençóis e de panos de pratos, horticultura, jardinagem, culinária, etc.), quadra esportiva, piscina, campo de futebol, pista para equoterapia (atividade terapêutica que utiliza a equitação), parquinho, salão de festas e um centro de saúde. Na área do Centro Pró-Vida se encontram ainda nove casas: oito do Programa Casas Lares, onde moram 64 crianças e adolescentes, e uma do Programa Casa de Passagem, que faz o atendimento inicial e o encaminhamento dos jovens. O Centro Pró-Vida ainda coordena e supervisiona outras cinco Casas Lares situadas em sua região.

No Centro funciona também o Apoio Pedagógico, destinado a crianças de baixa renda do ensino público que apresentam dificuldades de aprendizagem. Os portadores de deficiência abrigados por essas Casas têm acesso a um trabalho de educação alternativa desenvolvido no Centro de Convivência e Estimulação (CCE), outro espaço do Centro Pró-Vida. Os jovens são divididos em pequenos grupos e permanecem no CCE por quatro horas diárias.

— ■ —

A realização de um trabalho que integra, no mesmo espaço e ao mesmo tempo, portadores e não portadores de deficiência faz parte de uma estratégia que visa à inclusão social

— ■ —

NOVO PARADIGMA

O Projeto “A Chave do Tamanho” é parte do Programa Pró-Vida, desenvolvido desde 1996 pela Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e da Criança e do Adolescente de Minas Gerais. Inicialmente, o Programa se concentrou na questão das crianças e adolescentes que se encontravam abandonados pela família e sem condições satisfatórias de saúde, alimentação ou moradia. Esses jovens eram abrigados em grandes salões-dormitórios, cada um comportando mais de trinta meninos ou meninas. No total, seis funcionários cuidavam de 180 jovens. A reforma dos salões-dormitórios e sua transformação em casas para no máximo oito jovens, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi uma das primeiras ações do Programa Pró-Vida.

Funcionando como referência para o Programa, o Centro Pró-Vida “A Chave do Tamanho” prioriza as crianças e adolescentes com necessidades especiais ou em situação de risco pessoal ou social do bairro do Barreiro, que são encaminhados pelo Conselho Tutelar, pela polícia, ou pelo SOS. A realização de um trabalho que integra, no mesmo espaço e ao mesmo tempo, portadores e não portadores de deficiência faz parte de uma estratégia que visa à inclusão social.

PASSEIOS NA PRAIA

Além disso, a iniciativa atua sob um novo paradigma, segundo o qual devemos proporcionar aos portadores de deficiências o que eles querem e precisam e não o que desejamos. O Projeto se propõe a funcionar como uma chave para o acesso dos educandos ao espaço que lhes é de direito, qualquer que seja o tamanho necessário dessa chave. Daí a origem do nome “A Chave do Tamanho”.

O Projeto conta com uma equipe formada por dois psicólogos, uma fonoterapeuta, uma fisioterapeuta, um psiquiatra, um clínico geral, um dentista e uma assistente social, que trabalham no setor de Habilitação e Reabilitação, responsável pelo atendimento e acompanhamento clínico dos educandos. Em cada uma das Casas Lares, trabalham quatro “mães sociais”, duas durante o dia e duas à noite. As casas possuem, em média, três quartos, uma cozinha, um banheiro, uma sala, uma área de serviço e uma sala para as funcionárias.

Por meio de uma gestão participativa e da formação de diversas parcerias, o Projeto conquistou certa autonomia para decidir e implementar suas iniciativas. Entre as atividades realizadas pelo Centro Pró-Vida, destaca-se o Projeto Descobrimos os Espaços da Cidade, que promove a socialização e o lazer das crianças e adolescentes, por meio de passeios ecológicos, excursões a cinemas, teatros, estádios, parques, etc. Uma das experiências marcantes desse Projeto, da qual muitas crianças e adolescentes ainda se lembram, foi a realização de uma excursão à praia. Alguns dos jovens que participaram viram o mar pela primeira vez nessa ocasião.

FESTA PARA A INCLUSÃO

Dois escolas de ensino fundamental, uma estadual e outra municipal, recebem os portadores de deficiências atendidos pelo Centro Pró-Vida. Em contrapartida, utilizam o Apoio Pedagógico oferecido pelo Projeto para os alunos que necessitam de reforço es-

colar. As escolas contam com assistência técnica da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (Apae) de Belo Horizonte, que presta esclarecimentos aos professores sobre a educação para portadores de deficiências.

A Apae - Belo Horizonte é responsável também pela gestão financeira do Projeto. O governo estadual repassa à entidade recursos que variam de R\$ 250,00 mensais por pessoa atendida nas Casas Lares internas (as que estão dentro área do Centro Pró-Vida) a R\$ 500,00 mensais por pessoa atendida nas Casas Lares externas. O Estado fornece ainda os funcionários e a verba para o pagamento das contas de


— ■ —

O Projeto se propõe a funcionar como uma chave para o acesso dos educandos ao espaço que lhes é de direito, qualquer que seja o tamanho necessário dessa chave

— ■ —

luz e de água, além do apoio técnico oferecido pela Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e da Criança e do Adolescente. A Prefeitura de Belo Horizonte, por sua vez, fornece a merenda escolar, três professores e os cursos para as mães dos excepcionais, financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A Polícia Militar

de Minas Gerais - Cavalaria Barreiro – contribui para o Projeto desenvolvendo a equoterapia para os deficientes, num espaço do próprio Centro Pró-Vida. Já a Fundação América Atlético e Cruzeiro (FAAC), ligada aos três principais clubes mineiros de futebol, financiou a construção de piscina térmica para a hidroterapia.

Um parceiro fundamental do Projeto é o Serviço Social do Comércio (SESC), que há dois anos desenvolve atividades culturais no Centro Pró-Vida. Com a colaboração dessa entidade, o Centro realizou festas que atraíram a comunidade do Barreiro, um bairro pobre da periferia de Belo Horizonte. Os moradores inicialmente evitavam se aproximar do Centro, até então estigmatizado por ter sido uma unidade da Febem. A realização das festas e a integração com a comunidade fizeram a população perceber as mudanças e se apropriar desse espaço como um centro de educação, cultura e lazer, o que muito tem contribuído para a inclusão social dos educandos. 



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



PROGRAMA
DE MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Estado do Amapá

INSTITUIÇÃO:
Fundação da Criança e do
Adolescente do Amapá

CONTATO:
Sandra Regina Smith Neves

ENDEREÇO:
Rua Eliezer Levy, 1090
Macapá – AP
CEP: 68900-000
(96) 212-9149

A reeducação pelo diálogo

PROGRAMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O Amapá substituiu a repressão ao adolescente infrator por uma política de atendimento que enfatiza a democratização, a gestão compartilhada e a descentralização dos recursos

Pode servir de exemplo para outros Estados a experiência do Amapá com o atendimento a adolescentes infratores. Desde 1995, a Fundação da Criança e do Adolescente do Amapá vem implantando uma nova política para o atendimento desses jovens, rompendo o modelo autoritário e repressivo que norteava a política anterior e que ainda caracteriza o tratamento dado à questão na maior parte do País.

Apoiando-se nas diretrizes do Programa de Desenvolvimento Sustentável implantado pelo governo estadual, que preconiza o

desenvolvimento econômico sustentável baseado na igualdade de acesso aos direitos sociais, a Fundação da Criança e do Adolescente passou a oferecer aos adolescentes cursos profissionalizantes, ensino regular e atividades culturais, esportivas e de lazer, incluindo oficinas de judô, aulas de musculação, capoeira, música e teatro.

Além disso, os jovens participam de palestras e debates sobre doenças sexualmente transmissíveis, meio ambiente, drogas, sexualidade, violência, higiene, funcionamento do sistema de Justiça e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Um dos aspectos mais inovadores da experiência é que a Fundação enfatiza a democratização, a gestão compartilhada e a descentralização dos recursos destinados às suas duas unidades de atendimento.

No Centro Educacional Aninga, são atendidos 36 internos de 14 a 21 anos. A cada três meses, o Centro realiza a Oficina de Integração e Responsabilidade, com a participação opcional dos adolescentes, de seus familiares e da equipe interdisciplinar que coordena a unidade. Na Oficina, discutem-se as regras de convivência na unidade, a realização de atividades externas, a organização do espaço físico e o planejamento de atividades para o trimestre seguinte.

— ■ —
A Fundação da Criança e do Adolescente passou a oferecer cursos profissionalizantes, ensino regular e atividades culturais, esportivas e de lazer
— ■ —

O APRENDIZADO DA PARTICIPAÇÃO

Semanalmente realiza-se, ainda, a Oficina da Palavra, também chamada de “grupo de escuta”, que é uma reunião semanal realizada entre os adolescentes e a equipe de psicólogos da Fundação da Criança e do Adolescente. A participação nessa reunião também é opcional e o encontro tem como objetivo proporcionar aos adolescentes um espaço de reflexão e expressão de suas angústias, servindo ainda para denúncias, sugestões e reclamações sobre o atendimento recebido. A equipe de psicólogos não é integrante da equipe técnica do Centro Educacional Aninga e, por isso, pode realizar uma avaliação externa do trabalho.

Quando tenta fugir ou cria situações de conflito, o adolescente internado no Centro Educacional recebe uma punição disciplinar que

consiste no seu deslocamento para uma ala da unidade chamada de contenção, onde fica isolado por algumas horas. Na ala de contenção, a equipe técnica conversa com o adolescente e procura orientá-lo para que a situação não ocorra novamente. Durante algum tempo, ele é privado de participar das atividades de lazer e esporte, mas continua freqüentando as atividades escolares.

Os adolescentes participam das decisões relativas à gestão do Centro, que recebe diretamente da Fundação os recursos para a compra de alimentação, vestuário, material de higiene e limpeza, eletrodomésticos, material esportivo, etc. A descentralização dos recursos facilita a aquisição desses produtos, a contratação de serviços e a satisfação das necessidades básicas do grupo.

DISCIPLINA E AUTOCONFIANÇA

O mesmo acontece na Casa de Semiliberdade, que atende dez rapazes de 16 a 19 anos. Esses jovens estão cumprindo a medida socioeducativa conhecida como semiliberdade, que compreende a realização de atividades educacionais, profissionalizantes, culturais, desportivas e de lazer, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o Estatuto, a semiliberdade pode ser determinada judicialmente desde o início, ou constituir uma transição entre a internação do adolescente e sua completa reintegração ao convívio social. Sob essa orientação, a Casa de Semiliberdade funciona como residência para os adolescentes, que dormem na unidade durante os dias de semana e passam os finais de semana com suas famílias.

Eles participam de atividades pedagógicas e ocupacionais dentro e fora da Casa, coordenadas pelo Programa de Formação e Qualificação Profissional e viabilizadas por meio de convênios com órgãos públicos e empresas. Os jovens ainda praticam esportes, realizam passeios e freqüentam cinemas e teatros.

Na Casa de Semiliberdade prevalecem princípios de disciplina e de autoconfiança, com o cumprimento de normas de convivência discutidas em oficinas, entre a equipe de coordenação e os adolescentes. São os

Os jovens participam de atividades pedagógicas e ocupacionais dentro e fora da Casa, além de passear e praticar esportes

jovens que assumem a responsabilidade pela lavagem de suas roupas e pela arrumação de seus quartos. A equipe não aplica nenhuma medida de contenção dos adolescentes e todos os conflitos são administrados por meio do diálogo. A unidade conta com apenas um policial militar que faz a segurança externa e participa das atividades e oficinas.

SEM REBELIÃO NEM REINCIDÊNCIA

O trabalho desenvolvido no Centro Educacional Aninga e na Casa de Semiliberdade se completa com o empenho da Fundação da Criança e do Adolescente do Amapá junto às famílias dos adolescentes. Busca-se não apenas reforçar o vínculo familiar dos jovens infratores, como também incentivar a participação dos pais na recuperação de sua auto-estima e de sua sociabilidade. A fim de apoiar a realização desse objetivo, as famílias recebem uma bolsa-auxílio no valor de um salário mínimo durante o período em que os jovens cumprem as medidas socioeducativas. Os adolescentes que desenvolvem atividades profissionais no âmbito dos convênios também recebem um salário mínimo e os que estão se preparando para o mundo do trabalho,

como estagiários na iniciativa privada, ganham meio salário mínimo.

Os benefícios da nova política implantada pela Fundação da Criança e do Adolescente do Amapá são demonstrados pelo depoimento dos jovens. Eles contam que os espaços criados favorecem o estabelecimento de relações de reciprocidade com a equipe de apoio. Outra demonstração eloqüente é o fato de nun-

Busca-se não apenas reforçar o vínculo familiar dos jovens infratores, como também incentivar a participação dos pais na recuperação de sua auto-estima e de sua sociabilidade

ca ter havido casos de reincidência entre os adolescentes atendidos na Casa de Semiliberdade e de não ter ocorrido, desde 1995, nenhuma rebelião nas duas unidades de atendimento. Embora haja uma diferença de escala entre essas unidades e alguns dos locais de internação de jovens infratores em grandes centros urbanos do país, a filosofia do Programa pode servir de referência para aqueles que desejam implementar mudanças no modelo repressivo ainda prevalecente nessa área.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



OFICINA-ESCOLA ROSALINO FELIPE

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Betim – MG

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Educação e Cultura
do Município de Betim

CONTATO:
Isnar Marcil Carneiro

ENDEREÇO:
Rua Rita Maria de Jesus, 31
Betim – MG
CEP 32630-130
(31) 539-2593

O direito de ser aprendiz

OFICINA-ESCOLA ROSALINO FELIPE

Há sete anos, a prefeitura de Betim (MG) apóia os jovens carentes com um projeto que os ensina a fabricar móveis escolares

Em 1993, ao assumir o cargo de assessor da Secretaria Municipal de Educação de Betim, município da região metropolitana de Belo Horizonte, Isnar Carneiro deparou-se com uma enorme quantidade de móveis quebrados, principalmente carteiras escolares. O material estava armazenado em galpões do Centro Técnico e de Artes Profissionais (Cetap), uma escola municipal profissionalizante. Poucas pessoas acreditaram quando Isnar disse que consertaria aqueles móveis.

Uma dessas pessoas era um funcionário municipal, marceneiro de profissão, que na época enfrentava problemas de saúde causados pelo

alcoolismo. O servidor vislumbrou na reforma dos móveis uma oportunidade de voltar a exercer sua antiga profissão e de recuperar a autoestima. Ele indicou alguns colegas que poderiam ajudá-lo na tarefa e o grupo botou mãos à obra, num espaço de seis metros quadrados.

Dois meses depois, uma funcionária da Secretaria de Educação sugeriu a Isnar que convidasse também os adolescentes da Casa do Menino Legal, programa municipal de assistência a crianças e adolescentes que viviam nas ruas. Feito o convite, cinco meninos foram trabalhar na oficina como aprendizes, sendo também matriculados na escola e passando a receber meio salário mínimo por quatro horas de trabalho.

Outros meninos chegaram, assim como outros funcionários municipais. A pequena oficina ganhou

máquinas e ampliou suas instalações, ocupando atualmente uma área de dois mil metros quadrados. Sob o nome de Oficina-escola Rosalino Felipe, o espaço inclui galpões, cozinha, refeitório, secretaria, sala de informática, sala de música, almoxarifado e jardim.

Isnar Carneiro pode hoje se orgulhar não só porque foram consertados todos os móveis quebrados que ele encontrou há sete anos, mas também porque a Oficina-escola continua em funcionamento, tendo recuperado cerca de 10 mil carteiras escolares e fabricado outras 80 mil.

A Oficina-escola continua em funcionamento, tendo recuperado cerca de 10 mil carteiras escolares e fabricado outras 80 mil

MOTIVO DE ORGULHO

A Oficina-escola atende a 58 escolas da rede municipal e já atendeu a encomendas de 30 escolas estaduais, oferecendo móveis e materiais de boa qualidade. Expandindo sua atuação para além dos limites da fabricação e reforma de móveis escolares, recebeu também solicitações de entidades da sociedade civil, como igrejas e associações de moradores, além de haver fabricado diversos outros equipamentos para a Secretaria de Educação, como auditórios, quadros de avisos, etc.

Mas o principal motivo de orgulho para Isnar Carneiro e para o município de Betim é que, nesses sete anos, passaram pela Oficina-

escola Rosalino Felipe 184 adolescentes em situação de risco e 11 servidores municipais que tinham problemas de saúde relacionados com o alcoolismo.

A seleção dos meninos é feita pela Casa Renascer do Sol I (ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), com base na condição socioeconômica dos candidatos. Os meninos selecionados recebem na carteira de trabalho o registro como aprendizes. Na Oficina, ajudam na reforma e fabricação dos móveis, tendo direito a cesta básica, alimentação e vales-transporte. Para participar do Projeto, devem ter de 14 a 18 anos e freqüentar a escola.

PALESTRAS NAS ESCOLAS

Funcionando com uma equipe de 17 funcionários, a Oficina-escola atende oficialmente 38 adolescentes, que aprendem carpintaria, marcenaria, solda, construção civil, culinária, informática e música. Na prática, porém, o número de adolescentes atendidos é maior, porque existem os que não estão matriculados devido à limitação da quantidade de vagas, mas participam de todas as atividades sem receber o pagamento oferecido aos demais alunos. Há também os que já completaram 18 anos e que continuam a freqüentar a Oficina na esperança de conseguir o

encaminhamento para um emprego. A diretora da Oficina dedica-se pessoalmente a buscar vagas para esses adolescentes no mercado de trabalho local.

Hoje, a maioria das escolas conserta sua próprias carteiras, permitindo que a Oficina-escola se dedique exclusivamente à fabricação

As atividades são organizadas mensalmente e discutidas toda semana em reuniões entre os funcionários. O planejamento mensal define a distribuição das tarefas. Cada instrutor se

responsabiliza por uma etapa da fabricação dos móveis e pela coordenação de uma equipe de meninos.

Além de se reunirem entre si, os funcionários também fazem reuniões semanais com os meninos, discutindo as regras de convivência, problemas cotidianos, aspirações pessoais, etc. Segundo os coordenadores do Projeto, essas reuniões também ajudam os adolescentes que vivem com suas famílias a lidar com as dificuldades enfrentadas em casa, onde a pobreza freqüentemente é acompanhada de conflitos familiares.

Meninos e funcionários participam ainda de passeios e de atividades esportivas e culturais, além de realizarem palestras nas escolas municipais para a divulgação de seu trabalho e para conscientizar os alunos quanto à conservação dos patrimônios públicos, particularmente das carteiras. Hoje, a maioria das escolas conserta suas próprias carteiras, permitindo que a Oficina-escola se dedique exclusivamente à fabricação.

CARINHO E RESPEITO

Todo esse trabalho, financiado inteiramente com recursos municipais, representa uma despesa anual em torno de R\$ 200 mil para a prefeitura de Betim, sem contar os gastos com a compra de matéria-prima. A verba tem origem nas secretarias municipais de Educação e de Desenvolvimento Social. Esta última é responsável pela seleção dos adolescentes e pelo repasse do dinheiro à Associação de Reinte-

Funcionários municipais que enfrentavam o problema do alcoolismo encontraram na Oficina-escola uma forma de se livrar do vício

gração da Criança e do Adolescente (Arca), organização não-governamental que faz o registro em carteira e o pagamento dos benefícios.

O investimento parece insignificante se comparado ao retorno que proporciona: a formação profissionalizante oferecida aos jovens carentes de Betim, sua valorização

social, a garantia de uma assistência durante o período em que participam do Projeto, o afastamento dos adolescentes em relação ao mundo da criminalidade, a redução da evasão escolar.

Somam-se ainda os resultados indiretos: entre os 35 aprendizes da Oficina-escola Rosalino Felipe, apenas dois foram reprovados na escola em 1999. No primeiro ano de funcionamento do Projeto, a Oficina atendeu 10 aprendizes, dos quais três foram reprovados na escola. Funcionários municipais que enfrentavam o problema do alcoolismo encontraram na Oficina uma forma de se livrar do vício.

Por fim, resta a aprovação do povo e a satisfação dos meninos, que demonstram relutância em se desligar do Projeto quando atingem a idade-limite. Afinal, quem não gosta de ser tratado com tanto carinho e respeito?



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



CENTRO DE EMPREENDEIMENTOS RURAIS

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Sacramento, MG

INSTITUIÇÃO:
Secretaria Municipal de Agricultura,
Abastecimento e Meio Ambiente

CONTATO:
Mariléia Abadia Alves Martins

ENDEREÇO:
Av. Capitão Borges, 250 - Centro
Sacramento - MG
CEP 38190-000
(34) 351-1198 ramal 312

O governo ao lado dos pequenos

CENTRO DE EMPREENDEIMENTOS RURAIS

Com a aplicação de projetos integrados e o incentivo à organização das comunidades rurais, o município de Sacramento (MG) transforma agricultores familiares em pequenas agroindústrias

O município de Sacramento, localizado no Triângulo Mineiro, assumiu de maneira firme e criativa a tarefa de estimular o próprio desenvolvimento. Diante de um cenário caracterizado por desorganização do sistema produtivo, defasagem das técnicas agrícolas, êxodo rural e falta de financiamento aos agricultores, Sacramento criou diversos projetos de incentivo aos pequenos empreendimentos no campo. Para coordenar e integrar esses projetos numa mesma política de desenvolvimento, foi criado também o Centro de Empreendimentos Rurais.

A idéia surgiu após um seminário para avaliar a situação do município, realizado em 1997. Contando com a participação das diversas comunidades locais e das secretarias de governo, o seminário promovido pela prefeitura resultou na criação da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentado.

A prefeitura de Sacramento investiu R\$ 350 mil no Programa, utilizando recursos de seu próprio orçamento. O governo municipal atendeu, desse modo, a uma demanda formalizada pelas comunidades rurais durante o processo do orçamento participativo, instituído no município.

O Programa contempla sete ações prioritárias: elevação do nível tecnológico da pecuária leiteira (principal atividade econômica do município), ampliação da transferência de tecnologia na cafeicultura,

— ■ —
A idéia surgiu após um
Seminário promovido pela
prefeitura para avaliar
a situação do município,
realizado em 1997

— ■ —
r, diversificação da produção agrícola, criação de instrumentos de fomento à produção, expansão da eletrificação e da telefonia rural, melhoria das estradas e implantação de programas de abastecimento alimentar.

Tais ações são executadas por meio de dez projetos que se integram.

Essa integração, em grande parte, é propiciada pelo Centro de Empreendimentos Rurais, que articula a formação de jovens empreendedores rurais, o financiamento de seus planos de negócios e o fomento às pequenas agroindústrias e cooperativas.

DO CURSO DE CAPACITAÇÃO AO EMPRÉSTIMO

Desde sua criação, o Centro formou 80 jovens empreendedores rurais e financiou os planos de negócios de 14 pequenas agroindústrias. Para o financiamento dessas agroindústrias, o Centro conta com um fundo rotativo, gerenciado por uma das associações comunitárias do município – a Associação Comunitária Rural da Divisa.

Entre as atividades do Centro de Empreendimentos Rurais pode-

mos citar a prestação de assessoria, que inclui a fase de incubação, entendida como uma política pública que atinge todas as agroindústrias criadas neste programa.

O produtor rural interessado em obter o financiamento deve ser indicado por uma das Associações Comunitárias e ter frequentado um dos cursos de formação oferecidos pelo Centro de Empreendimentos Rurais. Em seguida, o empreendedor recebe orientações sobre os procedimentos a serem adotados junto aos órgãos públicos.

Nessa fase, também se incentiva sua participação em cursos oferecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), dentre outros. Como esses cursos geralmente são realizados em municípios vizinhos, a prefeitura de Sacramento cede gratuitamente o transporte ao interessado. Por fim, o agricultor solicita a aprovação de seu plano de negócios junto à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

O valor dos financiamentos gira em torno de R\$ 8 mil. O agricultor tem quatro anos para pagar o empréstimo, com 12 meses de carência e juros de 8% ao ano (não capitalizados), mais uma taxa administrativa de 0,5% sobre o valor repassado.

O retorno pode começar a ser observado nas propriedades rurais, onde os produtores que ganhavam R\$ 400,00 por mês vendendo leite hoje ganham mais de R\$ 1 mil vendendo queijo na feira municipal

AGRICULTOR ENSINA PARA AGRICULTOR

O Centro de Empreendimentos Rurais custa para os cofres públicos municipais aproximadamente R\$ 120 mil reais por ano, sendo R\$ 80 mil relativos ao Fundo Rotativo e R\$ 40 mil referentes ao pagamento de pessoal e à realização dos cursos. O retorno trazido por esse investimento pode começar a ser observado nas propriedades rurais, que se modernizaram e aumentaram sua lucratividade.

Produtores rurais que ganhavam R\$ 400,00 por mês vendendo leite hoje ganham mais de R\$ 1 mil vendendo queijo na feira municipal, por exemplo.

Ao contrário do que ocorria antes da implantação do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentado e do Centro de Empreendimentos Rurais, os produtores atualmente processam 100% da matéria-prima, sem precisar recorrer aos laticínios. Outras mudanças incluem: existência de orientação para o manejo adequado do rebanho; acompanhamento pela vigilância sanitária e aquisição de competência gerencial para tocar o próprio negócio de forma cada vez mais promissora.

A COMUNIDADE SE ORGANIZA E SE MOBILIZA

Entre os benefícios mais importantes gerados por essa iniciativa inclui-se também o reforço à capacidade de organização das comunidades rurais. As famílias que obtiveram financiamento por meio do Fundo Rotativo reúnem-se freqüentemente para tomar conhecimento da prestação de contas do Fundo.

Em tais ocasiões, as famílias mobilizam-se para apresentar suas demandas durante o processo do orçamento participativo e assim

Entre os benefícios mais importantes gerados por essa iniciativa inclui-se também o reforço à capacidade de organização das comunidades rurais

aumentar os recursos do Programa. É também nessas reuniões que cada participante apresenta aos demais informações sobre a implementação de sua própria agroindústria, de modo que os iniciantes possam aprender com a experiência dos que já estão em fases mais adiantadas.

Como existem cerca de 700 famílias associadas às 14 associações comunitárias rurais de Sacramento, esse processo de aprendizado coletivo e de incentivo à organização das comunidades deve levar ao surgimento de muitas outras pequenas agroindústrias no município.



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
BRASIL
QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2000

GOVERNOS LOCAIS
AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMDE

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Campina Grande – PB

INSTITUIÇÃO:
Agência Municipal de
Desenvolvimento – AMDE

CONTATO:
Jurandir Antônio Xavier

ENDEREÇO:
Rua Paulino Raposo, 71
Campina Grande – PB
CEP 58107-610
(83) 341-3933

Receita caseira para gerar emprego

AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO – AMDE

A prefeitura de Campina Grande (PB) criou vários projetos para dinamizar a economia do município, sob a coordenação de um mesmo órgão

Com uma população de 400 mil habitantes, o município de Campina Grande, na Paraíba, é um dos principais pólos de desenvolvimento econômico do interior do Nordeste. O município sedia a Federação das Indústrias do Estado, possui três universidades, várias escolas técnicas e alguns centros de pesquisa, como o Centro Nacional de Pesquisas do Algodão, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e a Companhia de Recursos Minerais. Mas Campina Grande também tem graves problemas sociais e elevados índices de pobreza, além de um grande número de desempregados e de trabalhadores do setor informal.

Tendo por finalidade dinamizar a economia do município, a prefeitura criou a Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), que começou a funcionar em 1999. A Agência coordena diversos programas e projetos direcionados à geração de emprego e renda, à modernização de empreendimentos econômicos, à qualificação da mão-de-obra e à facilitação do acesso ao crédito. Esta última tem sido, aliás, a atividade que mais se popularizou entre as iniciativas da Agência, especialmente em relação ao setor informal.

A concessão de financiamento para os microempreendedores informais, como os vendedores ambulantes, constitui um importante apoio à geração de renda e à criação de postos de trabalho

Para conceder empréstimos a esse segmento, o município implantou uma linha de crédito específica (CredAção),

dirigida às pessoas de baixa renda e voltada principalmente à concessão de capital de giro para pequenos negócios. Os empréstimos são lastreados por um Fundo de Aval, gerenciado pela AMDE. O Fundo de Aval também aumenta a efetividade de algumas linhas de crédito dos bancos oficiais (como o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica Federal), fornecendo as garantias que a população pobre não teria como oferecer a essas instituições.

PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO

A concessão de financiamento para os microempreendedores informais, como os vendedores ambulantes, constitui um importante apoio à geração de renda e à criação de postos de trabalho. O objetivo é fazer com que tais empréstimos contribuam também para a formalização dos empreendimentos.

Por meio do Programa de Revitalização do Centro Urbano, outra iniciativa coordenada pela Agência, os vendedores ambulantes foram transferidos para locais adaptados à sua atividade, as Áreas de Recreação, Cultura e Comércio ao Ar Livre (ARCCAS).

No que se refere ao setor formal, a AMDE trabalha não só com o fornecimento de acesso ao crédito, como também com a criação dos chamados Pólos Integrados de Desenvolvimento Econômico, procurando fortalecer as indústrias moveleira, têxtil e de serviços mecânicos. Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), a Agência promove cursos de qualificação profissional para os trabalhadores desses pólos. Alguns dos trabalhadores estão se organizando em cooperativas, as quais contribuem para reforçar os laços de solidariedade entre eles e para lhes dar uma visão global do processo de trabalho. Apoiadas pela AMDE, as cooperativas, assim como os sindicatos patronais e os sindicatos dos vendedores ambulantes, discutem com a Agência a implementação dos programas e projetos.

A atuação da Agência Municipal de Desenvolvimento não se limita à zona urbana. Na área rural, a Agência baseia-se no conceito de manejo integrado das bacias hidrográficas para enfrentar as condições semi-áridas que caracterizam a região onde se situa o município e propiciar o aumento da produtividade no campo. Buscando a utilização eficaz dos recursos hídricos, a AMDE apóia a construção de barragens subterrâneas, o replantio da vegetação que protegia as fontes de água e a construção de taludes (barreiras que evitam o deslizamento do solo) feitos de pneus usados. Ao lado dessas iniciativas, a Agência desenvolve um projeto de avicultura e estuda a implantação da apicultura e da caprinocultura, atividades que demandam pouca água e que podem incrementar a renda dos agricultores.



PRIORIDADE AOS POBRES

Embora tenham como foco o desenvolvimento econômico de Campina Grande, as ações empreendidas pela AMDE, no campo e na cidade, contribuem para o incremento da cidadania, primeiramente por ampliarem a participação popular na implementação dos programas e projetos. A perspectiva da cidadania também está presente na priorização da população mais pobre: desempregados, microempreendedores, trabalhadores do mercado informal, pequenos agricultores etc.

Esses segmentos da população hoje se beneficiam tanto da criação de oportunidades de emprego quanto do fortalecimento dos postos

de trabalho, já que, sem o apoio do governo, muitos negócios talvez tivessem desaparecido diante da instabilidade do mercado e da falta de crédito. Com um investimento de aproximadamente R\$ 800 mil, realizado em pouco mais de um ano de funcionamento da AMDE, mais de 600 postos de trabalho foram criados ou fortalecidos, nos

— ■ —

As ações empreendidas pela AMDE, no campo e na cidade, contribuem para o incremento da cidadania por ampliarem a participação popular na implementação dos programas e projetos

— ■ —

setores formal e informal, beneficiando direta e indiretamente cerca de 2.500 pessoas.

Quase a totalidade dos recursos mobilizados pelo programa é proveniente da prefeitura, principalmente os que se destinam aos financiamentos dos microempreendedores e à formação do Fundo de Aval. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste atuam como agentes financeiros, emprestando

os recursos repassados pelo Tesouro Municipal. Por intermédio de um convênio com a AMDE, o Senai e o Sebrae oferecem cursos de qualificação para os trabalhadores.

Apesar do pouco tempo de funcionamento da Agência Municipal de Desenvolvimento, o esforço do governo de Campina Grande permite prever um novo impulso à economia do município. Caso a previsão se confirme, o impacto será sentido não só em Campina Grande, mas em toda sua área de abrangência: a lei que criou a AMDE cita a possibilidade de se trabalhar no plano regional, de forma consorciada com outros municípios.

